

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 12

(Sem revisão final)

30 de janeiro de 2019

(17 h 11 m – 19 h 50 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Infantaria David Teixeira Correia

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

José de Matos Rosa (PSD)

Santinho Pacheco (PS)

Carla Barros (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião de hoje da Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 11 minutos.

Na ordem do dia de hoje temos a audição do Sr. Coronel de Infantaria David Teixeira Correia.

Tive já a oportunidade de dar a conhecer ao Sr. Coronel, a quem agradeço, desde já a presença, os trâmites da audição, nomeadamente as rondas e os termos em que ocorrerão.

Conforme anteriormente acordado, e com base no critério da rotatividade, competirá ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda iniciar esta audição.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, que disporá de até 8 minutos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Coronel David Teixeira Correia pela sua presença e agradeço antecipadamente as respostas às perguntas que lhe irei colocar.

Sr. Coronel, logo quando o País tomou conhecimento dos acontecimentos em Tancos, o Bloco de Esquerda considerou que era um acontecimento grave e referiu que o Estado tinha falhado numa das suas funções que é a da defesa.

O Sr. Coronel considera efetivamente que o Estado terá falhado em virtude desses acontecimentos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia** (Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida de 1 de agosto de 2013 a 30 de junho de 2017 e de 10 de julho de 2017 a 21 de fevereiro de 2018): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Esta missão não foi conseguida pelos militares que estavam a fazer o seu serviço. É só isso que me apraz dizer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Bloco de Esquerda, efetivamente, espera com estas audições, e por isso anuímos também à constituição da Comissão de Inquérito, que as responsabilidades políticas sejam apuradas e, naturalmente, sem interferência na justiça, porque à justiça caberá o seu papel.

Sr. Coronel, obrigado pela sua resposta. Confirma que era a Brigada de Reação Rápida que coordenava todas as Unidades e fazia o escalonamento dos homens que faziam a segurança aos Paióis Nacional de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Confirmo as suas palavras, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando soube do assalto aos paióis, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Estava na cerimónia do Regimento de Comandos quando o Sr. Comandante da Brigada nos convocou para uma reunião para nos informar de que tinha acontecido isto. Deu também indicações precisas para que se verificasse se eventualmente essa situação não teria sido limitada, mas que tivesse outra abrangência.

Foi no dia 29 de junho.

Portanto, estava na cerimónia de comemoração do dia dos Comandos e foi nessa altura que o Sr. Comandante da Brigada nos informou do sucedido. Tivemos uma reunião depois com outros Srs. Comandantes que estavam presentes na qual foram dadas indicações precisas sobre o que havíamos de fazer *a posteriori*.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, também confirma que eram os militares afetos ao Regimento de Engenharia que faziam a guarda, a ronda quando, efetivamente, se deu o assalto?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Confirmo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente às rondas, qual o número de militares que as faziam, como é que as rondas eram feitas? Eram montadas, apeadas? Qual a duração? O procedimento era sempre o mesmo? Qual era o tempo de intervalo das rondas? Considera normal haver um intervalo de 20 horas entre duas rondas, por exemplo?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, falarei na qualidade de comandante. Na altura, dava indicações precisas ao meu homem das operações para que os homens lá em baixo tivessem capacidade de efetuar rondas motorizadas, isto é, para que tivessem uma viatura disponível.

Havia também a preocupação para que as rondas fossem cíclicas, isto é, que não tivessem sempre o mesmo percurso, nem o mesmo tempo. Devia haver uma ronda a acontecer e a ser feita pelos sítios mais díspares. Havia um mapeamento, por assim dizer, em que havia itinerários para que, lá em baixo, o sargento da guarda aos Paióis Nacionais de Tancos pudesse, ele próprio, ver qual a melhor metodologia para que a presença de todo aquele

povoamento de militares fosse dissuasora de alguns «pretendentes», intrusos, a entrarem.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E a duração das rondas? Havia uma regularidade? Ou variava?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Os turnos eram de duas horas. Dentro de cada turno haveria sempre uma ronda ou motorizada ou apeada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — É possível ter acontecido um intervalo de 20 horas entre duas rondas? Isso é possível?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quanto a isso não tenho dados concretos para que possa estar a dizer ao Sr. Deputado se foi ou não foi possível. Há métodos para que o homem que esteja de serviço, com o seu cabo, possa conferir, verificar. Em relação a essas 20 horas não consigo dizer se existiram e o porquê de existirem.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No final de cada ronda havia sempre um relatório? Ou eles não eram feitos com tanta regularidade relativamente às mesmas rondas?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Em relação à ronda, era dada uma indicação precisa ao homem para onde havia de ir e o que tinha de fazer e se, durante o dia, tinha de tomar preocupações especiais em locais que a gente sabia, porque era constatável, que havia possibilidades de intrusão, já que havia alguma corrosão da rede. Aí havia muito mais preocupação.

Assim como, durante a noite, havia indicações para que os homens pudessem estar mais tempo fazendo aquilo que se chama taticamente um posto de escuta, ou seja, estar mais tempo a tentar ouvir. Isto quer dizer que a progressão noturna seria muito mais lenta, muitas vezes, do que...

Isto é o desempenho tático que cada homem que está lá em baixo poderá fazer com os seus homens já que aquilo é considerado um ponto sensível. Como tal, os homens sabiam que a sua missão era efetivamente garantir a não intrusão de quem quer que fosse.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, os militares que faziam as rondas conheciam o conteúdo dos paióis, ou não?

Por exemplo, quem ordenava essas mesmas rondas? No fundo, em termos mais concretos, quem conhecia exatamente os conteúdos dos paióis e, nomeadamente, de cada paiol?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, os paióis eram depósitos. A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), assim como as Unidades que tinham lá os seus paióis é que eram conhecedoras do que tinha cada um.

Efetivamente a Unidade de Apoio sabia só a quantidade de paióis que estavam lá dentro, mas o que cada um tinha era desconhecido, mesmo para mim, quanto mais para os homens. Não tínhamos de ter conhecimento, nem tínhamos de saber o que estava lá dentro, nem o que estava ocupado. Não sabíamos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando se deu o assalto, o Sr. Coronel comandava a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida. O Sr. Coronel alterou os procedimentos fruto dos acontecimentos? Ou não fez nada?

Que procedimentos foram esses que alterou, se efetivamente houve alguma alteração?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Por determinação do CFT (Comando das Forças Terrestres), vieram indicações precisas para que as regras de empenhamento fossem diferentes. Houve também o aumento do potencial em termos de presença humana, de recursos humanos no terreno.

Em termos da disponibilidade dos carregadores, eles deixaram de estar selados como até aí acontecia. Os carregadores passaram a estar desselados. A primeira munição não era introduzida na câmara de ressalva e eram munições reais prontas para naturalmente...

Passou a haver regras de empenhamento mais precisas que era isso que nos preocupava muitas vezes, ou seja, que o homem soubesse quando e o que fazer se houvesse necessidade e qual seria a proporcionalidade que, eventualmente, teria de efetuar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel deslocou-se aos paióis, ao perímetro, ou nunca lá foi? Conhecia o habitáculo dos paióis, o seu interior?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, por norma, ia várias vezes lá em baixo aos paióis, porque os recursos humanos era escassos. Há que entender que, muitas vezes, quando queremos que os homens se esforcem, na altura do seu descanso, também têm de ser as condições mais adequadas.

Como é do conhecimento das Sr.^{as} e Srs. Deputados, os paióis têm duas áreas distintas. Seria à área administrativa onde, naturalmente, quando ia lá, como o meu sargento-chefe, na altura, agora, mor, ia verificar as

condições em que o serviço estava a decorrer e as condições, em termos de habitabilidade, dos homens.

Isso depois era tudo repercutido em relatórios em fim de missão. Portanto, sempre que o período de um mês era completo, era enviado para o escalão superior, neste caso, para a Brigada de Reação Rápida, o relatório sobre eventuais anomalias que concluíamos que se pudessem vir a verificar e para que o serviço decorresse da melhor forma.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente aos paióis, todos eles estavam ocupados com material de guerra ou havia compartimentos, salas, que estavam vazias e, porventura, fechadas a cadeado, seladas?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, como já lhe tinha dito, não tinha conhecimento. O número de paióis que lá estão eu sei. Sei quantos eram.

Mas daqueles paióis, quem era o responsável, qual era o paiol do Regimento de Paraquedistas, da Engenharia, eu próprio não sabia. Podiam estar ocupados, podiam não estar ocupados. Presencialmente não sabia, nem tinha de saber. Não tinha necessidade de o saber, porque não tinha lá nenhum paiol.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E quem é que tinha de saber, Sr. Coronel? Quem é que sabia?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, naturalmente que os Srs. Comandantes que tinham lá os seus paióis tinham essa responsabilidade. Tinham de saber o que é tinham os seus paióis, que material tinham lá. O material era inventariado.

Também a UAGME, como responsável pelas instalações, sabia a ocupação que cada um tinha.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, Sr. Coronel, sabia ou não, quando tomou conta da Unidade, que tinha havido uma reestruturação, a partir de 2007, no âmbito do Comando das Forças Terrestres, relativamente à vigilância dos paióis? Ou seja, de acordo com documentos a que tivemos acesso, passou-se de 44 militares, anteriormente, para 8.

O Sr. Coronel, quando tomou conta da Unidade, sabia que tinha havido esta reestruturação e que tinha havido uma redução de efetivos na ordem dos 75% para fazer a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sabia e apliquei, naturalmente, as determinações superiores que diziam o efetivo que era necessário para os Paióis Nacionais de Tancos era esse que o Sr. Deputado mencionou.

Esforçávamo-nos para colocar lá os homens para que a missão fosse cumprida.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, a que se teria devido essa redução de pessoal que foi feita uns anos antes e que continuou nos anos seguintes? Isto na sua opinião.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É uma realidade que os candidatos para a vida militar cada vez são mais escassos.

Portanto, houve todo um conjunto de situações que não consigo identificar, mas a realidade é essa.

Mas, se me permitem, quando estamos a falar em termos de rondas e falamos num esforço de 24 horas, isso pressupõe que, num pelotão, que é o

caso atual, que tenha um oficial, três sargentos e 21 praças, esteja uma secção em trabalho, uma secção em descanso e reserva, entenda-se, descanso como estando em reserva e pronta a atuar e outra que está totalmente em reserva.

Quando falamos em 44 homens, não partimos do princípio de que esses 44 homens estão *sine qua non* repetidamente, sempre, a ocupar postos. Senão, os homens, como é lógico, iriam sucumbir ao cansaço.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Passamos agora às questões físicas dos paióis. Também de acordo com alguns documentos a que tivemos acesso, o Sr. Coronel confirma que havia muitas falhas, deficiências, lacunas e que havia sistemas que estavam avariados, inoperacionais?

O Sr. Coronel pode descrever, com algum pormenor, o estado das instalações dos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, Sr. Deputado, como transmiti, sempre que havia fim de missão havia um relatório que era encaminhado para o comando da Brigada que o fazia chegar ao CFT.

A vedação estava oxidada e tinha locais onde a intrusão era potencialmente apetecível. As torres também não ofereciam condições para que pudessem ser ocupadas. Havia torres — e isso via-se pelo exterior — que tinham grandes lacunas estruturais.

Na parte dos sensores há muito tempo que não estavam a funcionar e a videovigilância também não estava a funcionar.

Na parte interna, que era o que eu estava a dizer, que era a parte mais da zona administrativa, também havia algumas lacunas que nós próprios, na Unidade, com o nosso pessoal técnico, com assistentes operacionais, tentávamos resolver pequenas coisas que, eventualmente, seriam para melhoria das condições de descanso dos militares.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, confirma que tanto os sensores, como o sistema de videovigilância, a rede periférica tinham várias deficiências, tinham várias lacunas. Considera que esse facto terá potenciado o furto, enfim, a entrada dos ladrões nos paióis?

Terá facilitado a vida às pessoas que lá entraram e que furtaram o material? Terá isso contribuído ou não, fortemente, para o furto do material?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, a presença humana, neste caso, a presença física é sempre essencial para o cumprimento da missão.

Esta complementaridade que existia, naturalmente, daria algo mais para tomada de decisão do Sr. Comandante da Guarda de Polícia aos Paióis Nacionais de Tancos.

Mas, se isto potenciou ou não potenciou, se entraram ou deixaram de entrar pela zona — efetivamente, não sei por onde é que entraram — onde, de facto, a rede estava oxidada; se houve cortes ou se não houve cortes; honestamente sabendo que há ali uma força armada e sabendo que essa força armada pode reagir em qualquer sítio, mesmo com a rede em condições... Penso que, quando existe essa intenção, depende dos danos que, eventualmente, as pessoas queiram sofrer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quando o Sr. Coronel tomou posse — obviamente tem um relatório de posse de comando —, mencionou as lacunas, as deficiências que existiam nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Qualquer comandante, quando faz o seu relatório de posse de comando, ele tem que ver só com as suas instalações. Tudo o que não é seu... Seria um bocado deselegante estar a falar de algo que não é dele.

Portanto, como disse ao Sr. Deputado João Vasconcelos, não tinha nada, o QG da Brigada não tem nenhum paiol nos Paióis Nacionais de Tancos, tem apenas um paiolim, que é interno, e é a esse paiolim que os relatórios de posse de comando se referem.

Nomeadamente quais são as condições em termos de armazenamento, se tem ou não todas as medidas consideradas em termos de regulamento próprio, em termos da segurança militar, especificamente em termos de material de guerra.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. Coronel concorda com a seguinte afirmação — que passo a citar —: «a progressiva degradação das instalações militares, não só de Tancos, era consequência de opções político-militares, das dificuldades económicas do País e do fim do serviço militar obrigatório.»?

Que comentários tem a fazer a esta frase que referi? Concorda ou não com a mesma?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não tenho opinião fundamentada sobre isso, não consigo fazê-lo.

Não é a minha área específica saber o porquê do não aparecimento, o porquê de, eventualmente, não ter havido investimento, se é que não houve, ou de não estar previsto. Ultimamente estávamos lá — no último período estivemos lá durante um mês — e vimos que havia ali uma empresa já a fazer a construção, a pôr um outro tipo de vedação, com outra fortificação.

Quanto a isso, Sr. Deputado, não consigo arranjar, eu próprio, justificação do porquê do não aparecimento de homens e o porquê de não investimento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na opinião do Sr. Coronel, quem furtou o material teriam sido indivíduos profissionais ou teriam sido amadores?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, não tenho catalogação para os homens que fazem esse tipo de manobras. Não sei se eram amadores ou se eram profissionais. Muito honestamente, não conheço o que é um profissional ou o que é um amador. Também não consigo identificar o que é o amador e o que é o profissional.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No documento que recebemos, também sobre Tancos, *Tancos2017: Factos e Documentos*, diz-se o seguinte: «Em 2012, a Brigada de Reação Rápida, enquanto entidade primariamente responsável pela segurança, avaliou a situação como preocupante e elaborou uma informação exaustiva para o Comando hierarquicamente superior, referindo as condições existentes nos PNT [Paióis Nacionais de Tancos], identificando riscos e propondo correções para os mitigar.»

Que comando superior era este, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado João Vasconcelos, a nota sai do Comando da Brigada de Reação Rápida, à qual pertenço, e vai para o Comando das Forças Terrestres.

No Comando das Forças Terrestres, depois, a nota é trabalhada e vai para cada uma das áreas funcionais, para que seja dado conhecimento e qual o procedimento que se vai adotar.

A sequência é esta. Eu, Unidade de Apoio, na altura dos factos, mando para o Comando da Brigada, à qual pertenço, que, por sua vez, manda para o Comando das Forças Terrestres.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E que riscos seriam estes?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, os riscos são desde a vegetação que estava densa e podia potenciar, até, na situação em que temos o aproximar a parte estival, os fogos, e também em termos de linhas de observação, já para não falar nos campos de tiro. Mas tudo isto podia dificultar, quer para um lado quer para o outro.

Mas a preocupação maior era com esta vegetação, especialmente quando a mesma crescia entre redes. Aí é que era mais significativa, porque a outra parte, a interna, a Engenharia, quando podia — quando podia, salvo seja —, quando a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército solicitava, com os meios que tinha e havendo possibilidade, ia lá e ia fazendo a desmatação também.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considerando que os sensores, os sistemas de videovigilância se tornaram inoperacionais, obsoletos, a partir de 2000, 2006, por aí fora, e que, em 2012, a Brigada de Reação Rápida foi taxativa a referir a situação que há pouco mencionei, na sua opinião, Sr. Coronel, por que razão a tutela, política e militar — no caso militar — não procedeu de forma rápida, atempada e adequada para ter em conta a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, considerando que é uma estrutura de elevada sensibilidade militar?

Na sua opinião, por que não foram tomadas as medidas adequadas para solucionar, efetivamente, um problema que estava criado e que foi levantado, ao longo dos anos, enfim, pelas entidades responsáveis, as que tinham por missão guardar os Paióis Nacionais de Tancos, nomeadamente, o Sr. Comandante e a sua Unidade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, quem atribui as prioridades é quem está investido dessa responsabilidade.

Se não foi dada a importância que o Sr. Deputado está a transmitir, não consigo dizer-lhe por que não.

Sei que, como estava a dizer ao Sr. Deputado, estava lá, nesse momento, uma empresa, a fazer, na ala esquerda dos paióis, esta parte da rede, que estava edificada. Quanto ao resto, anteriormente, não consigo, nem sei, nem posso...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, nos mesmos termos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Coronel David Teixeira Correia, que comandava, na altura, a Unidade de Apoio à Brigada de Reação Rápida. É assim, não é?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É correto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — No pedido de documentos feito por esta Comissão ao Exército, a informação que nos deram é que o Sr. Coronel não teria realizado um relatório formal de posse de comando da Unidade de Apoio.

A minha pergunta é se isso é habitual e o que é que nos tem a dizer sobre a informação que, habitualmente, consta do relatório de posse de comando e que nos possa ser útil, uma vez que, neste momento, não o temos.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Carlos Monteiro, quanto ao relatório de posse de comando, o mesmo vai versar sobre a parte dos recursos humanos, a parte dos recursos financeiros, a parte dos recursos materiais e a parte das infraestruturas. Também se analisa como está a moral das tropas. É sobre isto que versa o relatório de posse de comando.

Quanto à minha não feitura do relatório de posse de comando fica a dever-se, só e simplesmente, à extinção de uma UALE (Unidade de Aviação Ligeira do Exército)... Há toda uma forma... A parte legal da extinção da UALE nunca foi publicada em Diário da República. Eu era segundo comandante, melhor dizendo, era o comandante em suplência da UALE, e rapidamente...

Portanto, no dia 21 era comandante em suplência da UALE e no dia seguinte passei a ser comandante da Unidade de Apoio. Houve toda uma mitigação em termos de... O que tinha lá dentro — se me permite — manteve-se o mesmo. Mandeí fazer uma contagem exaustiva de tudo o que era material. A Unidade de Apoio, neste momento, é somente uma companhia, a sua CCS (Companhia de Comando e Serviços) e a companhia do aeródromo. A UALE, até aí, era muito mais abrangente.

Em relação à parte financeira e à parte dos materiais, eu continuava a ser o mesmo comandante, portanto foi por esta forma que não foi feito o relatório de posse de comando.

Em todo o caso, existe um conjunto de relatórios quer na vertente de pessoal, quer na vertente de recursos materiais ou na parte financeira que tem uma periodicidade em que somos obrigados a transmitir ao escalão superior.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, uma vez que não temos o relatório de posse, nem temos esses relatórios — porque a única informação que nos foi dada foi «não há relatório de posse» —

perguntava-lhe o que nos podia dizer, nomeadamente no que diz respeito aos seus relatórios relativamente aos recursos humanos e ao diagnóstico que fez, sendo uma informação importante para a Comissão.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Carlos Monteiro, posso dizer que a Unidade estava a cerca de 46%. Logicamente aqui, o QG da Brigada e a sua Unidade de Apoio têm várias competências, várias responsabilidades e têm também competências relativas às Unidades que estão lá instaladas. Falamos da Companhia de Transmissões, falamos também do Agrupamento Sanitário.

É desses homens que o QG da Brigada, entenda-se Unidade de Apoio aqui para o caso específico, tem de se socorrer, para manter a segurança da sua área militar, que são cerca de 180 ha, para manter e operar também o aeródromo militar de Tancos, com pessoal muito específico para a área, e ainda para, quando, em termos de escalonamento, garantir a responsabilidade de manter a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos. Tudo isso era feito com estes homens. Falei em cerca de 46%, 48% aproximadamente — estou a falar de praças.

Poderia também dizer que a segurança de qualquer Unidade geralmente tem secções de guarnição e segurança. Esta Unidade não tinha as duas secções de guarnição e segurança para a segurança do EMT.

O pelotão da PE (Polícia do Exército) que está cometido ao Comando da Brigada, de 1 oficial, 7 sargentos e 34 praças, também estaria a cerca de 10% ou 8%. Estamos a falar em homens que são válidos para aquilo que temos de fazer: manter a segurança interna ao EMT, operar também o aeródromo militar de Tancos e também, adicionalmente, quando, por grelha de empenhamento, nos competia projetar homens para os Paióis Nacionais de Tancos que, por acaso, é ali ao lado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, o que nos diz é que tinha cerca de 46% dos homens que deveria ter.

Para a totalidade dos serviços que tinha a seu cargo, estaríamos a falar de quantos praças, então?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, num total de 249 praças, tínhamos cerca de 102 praças.

Aqui estou a mencionar a Unidade de Apoio, propriamente dita, e a CCS da Brigada — porque está lá o comando da Brigada —, a Companhia de Transmissões e também o Agrupamento Sanitário.

Só aqui o Agrupamento Sanitário devia ter 74 praças e tem 10 praças. Estamos a falar *grosso modo*, em menos de 50% dos homens que seriam necessários.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E para proceder à segurança quer do aeródromo quer dos paióis nacionais de Tancos recorria indiscriminadamente a essas diferentes Unidades em relação aos praças para os projetar para Tancos ou havia alguma Unidade em especial que fosse essencialmente aquela que estava vocacionada para fazer a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, o quadro orgânico que foi aprovado em 2016 dotou esta Unidade, o QG da Brigada de Reação Rápida, com um pelotão de guarnição e segurança para os PNT (Paióis Nacionais de Tancos).

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quantos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Um pelotão tem um oficial, três sargentos e 21 praças. Falamos em seções de 7 praças, daí eu estar a tentar transmitir como era o rácio em termos de empenhamento. Este pelotão existe em termos de quadro orgânico, mas não está guarnecido. Não há homens para que o mesmo seja levantado, senão a segurança competiria a esta seção de guarnição e segurança, em termos de área militar de Tancos, coisa que não é verdade.

Portanto, em termos internos além de socorristas, além do pessoal operador, temos lá os nossos OPSAS (operadores de sistemas de assistência e socorros) que são homens que como eu digo são os nossos bombeiros de aeroporto e temos o pessoal que está na parte do centro de comunicações, também H24.

Existem, também, condutores que têm escalas muito próprias em que nós só poderíamos ir buscar quando essas escalas tivessem no mínimo. Não quer dizer que se, eventualmente tivéssemos uma escala de sete condutores e que se outra estivesse mais escassa não se fossem buscar condutores.

Eu aqui transmito que a taxa de esforço que era exigida aos homens era deveras... Naturalmente, aí teria de haver uma maior proximidade para com os homens para que eles entendessem que a missão estaria acima de tudo e que só com a sua obrigação e a sua entrega conseguiríamos chegar a bom porto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, então não estando levantado esse pelotão significa que tinha zero militares. É isso? Era o que estava previsto em termos de quadro orgânico?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Em termos de quadro orgânico as seções de guarnição e segurança para o aeródromo militar de

Tancos, entenda-se QG, de 130 ha, quer o pelotão de guarnição e segurança para os Paióis Nacionais de Tancos estavam com zero praças.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito bem. É uma informação importante, como é evidente, para percebermos aquilo que é a escassez de recursos humanos disponíveis.

Sendo assim, Sr. Coronel, em média quantas vezes é que se deslocava aos Paióis Nacionais de Tancos quando a sua Unidade estava de serviço aos mesmos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Antes de começar o período de projeção de forças havia uma reunião com o pessoal que iria estar mais empenhado, mais a parte dos sargentos, para lhes transmitirmos qual é a missão específica lá em baixo.

Poderia ser duas ou três vezes por mês a ida lá a baixo. Se não fosse eu ou ia o meu oficial de operações ou ia, eventualmente, o comandante da CCS se houvesse lá mais homens. Portanto, havia sempre uma ida lá a baixo para nós também sentirmos o pulsar dos homens.

Estes homens não eram homens específicos, não havia treino operacional. Isto é, não estamos a falar de paraquedistas puros estamos a falar de homens de serviços. Estamos a falar do homem que é barista, e que tem de avançar, do homem que é condutor, do homem do pelotão de serviços, falo de um conjunto de homens cuja formação e treino operacional não está ao nível de outra tropa que tenha outro tipo de treino operacional.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, em termos de treino específico para os paióis de Tancos, esses militares não tinham esse treino específico, não é?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Relativamente à técnica individual de combate, o homem quando vem tem a sua técnica individual, mas estou a falar em termos de treino de seção. Como reagir a uma emboscada? Como defender um ponto sensível? Daí haver esta maior preocupação quer da minha parte, quer também de outros camaradas que mandava lá a baixo. Porque cá em cima recebiam as missões ou as tarefas que eles tinham de executar. Mas como se comportavam nós tínhamos de ir lá para também confirmar *in loco* com os militares quando vinham das suas rondas o que é que eles tinham feito, como é que estavam a proceder, era falando com eles que...

Se me permite, posso muito rapidamente dizer o seguinte: eu comandi uma companhia na Bósnia, em Vitkovici e comandi uma QRF (*Quick Reaction Force*) no Afeganistão e também estive em Timor. Com a minha experiência em termos militares, preocupo-me com aqueles homens que estão lá e que olham por nós e a minha preocupação é saber o que é que eles estão a fazer, como é que estão a fazer, com o que é que posso contribuir, eu e não só, para que os homens eficazmente cumpram a sua missão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, eu estava a colocar esta questão relativamente ao treino específico que evidentemente havia normas, NEP, normas de execução permanente, em relação àquilo que deveria ser os procedimentos de segurança nos Paióis Nacionais de Tancos.

Portanto, pergunto se isso era transmitido, se havia realização de simulacros ou não e que supervisão, e já nos foi respondendo, é que acabava por ir exercendo em relação aos militares que exerciam essas funções.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quanto a simulacros de defesa imediata, nunca houve uma tentativa de mostrar como é que se pode entrar nos paióis. Da minha parte nunca foi feito...

As NEP em si, as NEP da UAGME estão lá, estão visíveis e estão consultáveis e, antes de os homens irem lá para baixo, os mesmos sabiam como é que tinham de proceder. Isto é, antes de irem para o terreno tinham conhecimento atempadamente do que é que iriam encontrar lá em baixo e como deveriam proceder, sabendo eles que, lá em baixo, estaria lá o delegado da UAGME e que era através desse delegado que se iriam aperceber de como se iriam comportar em termos de eventuais idas aos paióis.

O acompanhamento, quem ia, o cartão específico, todas essas NEP estavam lá em baixo na casa da guarda dos Paióis Nacionais de Tancos e cá em cima a parte das SOIS (Secção de Operações, Informações e Segurança) da Unidade de Apoio.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, já agora, qual foi a prática que foi seguida em matéria de rondas na Unidade comandada por si durante o período em que estava a fazer segurança aos Paióis Nacionais de Tancos? Quantas rondas é que eram feitas entre montadas e apeadas? Tem uma ideia da média que era realizada por dia?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Como já transmiti anteriormente ao Sr. Deputado João Vasconcelos, os turnos eram de duas horas e, sendo turnos de duas horas, havia sempre indicação para se fazer uma ronda, rondas essas que tinham funções bem específicas.

A ronda podia ser motorizada como podia ser apeada. Sabemos que aquilo tinha um percurso de 2700/2800 m aproximadamente. Sabemos que uma ronda noturna demora muito mais tempo, daí que, em termos táticos, o pessoal, de vez em quando, devia parar mais para ouvir e tentar perceber ruídos. Portanto devíamos ter ali um posto de escuta e não um posto de observação.

Mas em cada turno havia indicações para que os homens dessem uma volta para que houvesse, efetivamente, presença física e a mesma fosse dissuasora. Esta era a única forma que tínhamos para colmatar eventuais complementos que não estavam a funcionar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Em média quantas rondas por dia ou por noite eram realizadas? Tem alguma ideia que nos possa dar?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, nunca abaixo de 10.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — 10 entre apeadas e motorizadas?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, sim. Correto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora diga-me o seguinte: estando nós a falar de uma secção, seis soldados, um sargento e um cabo, que era aquilo que, no fundo, era determinado, considera que, face ao que aconteceu em Tancos e ao estado da vedação, ao facto de os sensores terem sido desativados, de, em 2006/2007, o sistema de videovigilância ter ficado inoperacional, de termos mato com um 1,50 m de altura, esses homens, tendo até de fazer também o serviço de controlo da entrada, eram suficientes para garantir a segurança, uma vez que as próprias torres também não estariam aptas a serem utilizadas, segundo informação que aqui já nos foi dada.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Até ao incidente este número tinha sido um número que foi considerado adequado e nunca houve qualquer tipo de intrusão.

Portanto, presumo que seja um número... Como disse há bocadinho, falando também em termos dos pelotões que estão e dos tais 44 homens ou também agora dos tais 21 homens, não quer dizer que haja um empenhamento muito maior em termos de ...

Em termos de estar no terreno desde que haja presença física, presença dissuasora, para quem vem da parte de lá tem de pensar seriamente se merece a pena ou não correr o risco.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, compreendo o que me está a dizer, mas isso é uma das questões que nos deixa preocupados. É que em algumas das informações que temos disponíveis, na documentação que nos foi fornecida é-nos dito, por alguns militares que prestavam serviço nos paióis, que estando de serviço ao portão e na casa da guarda era impossível ver daquele local o que se passava noutros pontos do paiol, nomeadamente junto às redes.

Portanto, a questão que se coloca é se, face ao degradar, se quisermos, da rede de videovigilância, dos sensores, esse efetivo seria suficiente para cumprir a missão de segurança.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Como não havia capacidade de termos pessoal em postos de observação fixos, nesse momento a única forma dissuasora que nós tínhamos era aparecer ou desaparecer nos momentos que nós mais desejássemos. Portanto, a ronda tem esta vantagem é que ninguém sabe de onde é que eu venho, para onde vou continuar e onde é eu vou parar.

Sr. Deputado, em termos de efetivos, para ter homens colocados no terreno, em linha de vista seria quase necessário ter ali uma companhia.

Até ao momento foi conseguido com este efetivo...Mas se isto aconteceu é porque algo se modificou radicalmente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, eu compreendo mas estamos a falar de rondas. As rondas eram feitas por militares sozinhos ou eram aos pares?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — As rondas poderiam ser feitas por militares sozinhos ou aos pares.

Quando um sargento da guarda manda fazer a ronda significa que ele próprio na altura pode pegar na viatura com o condutor e fazer uma ronda. Isto é o regime normal... O sargento podia pegar na viatura ou ele próprio podia muito bem pegar num praça e ir fazer uma ronda ou ir ver uma zona mais específica.

Portanto, havendo capacidade, a ronda deveria ser sempre feita com dois homens, com binómio, mas se não houvesse essa possibilidade poderia ser com um homem, logicamente que um homem teria... O comando e o controlo estava assegurado para que lá em baixo a casa da guarda soubesse em tempo oportuno o que é que se estaria a passar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Coronel teve conhecimento da atualização do plano de segurança realizado pela UAGME em janeiro de 2016?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, o plano de segurança encontra-se no QG da Brigada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E denotou alguma particularidade nesse plano de segurança que faça sentido chamar-nos aqui a atenção?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não. O plano de segurança reportava-se a coisas que vinham do anterior, portanto falava da parte da intrusão, da parte da videovigilância, continuava a falar de todos esses conjuntos de complementaridade e que os mesmos não estavam em condições.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas mantinha-se o plano de segurança como se houvesse videovigilância já não havendo videovigilância, não é assim?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, as próprias NEP... Não só no plano, mas também nas próprias NEP estava definido como se o sargento da guarda ao chegar lá tivesse de tirar a cassete... Ainda se mantém.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. Coronel compreende o alcance da minha pergunta que é se o plano de segurança estava desenhado para seis praças, um sargento e um cabo com videovigilância e se já não havia videovigilância ele deveria ter sido adaptado. Ora, tendo sido revisto em janeiro de 2016 deveria ter sido adaptado e estudadas as soluções para essa incapacidade, não?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, se houvesse possibilidade de voltarmos aos 44 homens...É isso, Sr. Deputado? Sei o que está a transmitir...

Repare, hoje em dia os homens que temos quer voluntários, quer contratados são homens iguais, mas, em termos de missão, a sua aplicação, a sua entrega, é totalmente diferente.

O que é que eu quero transmitir com isto, Sr. Deputado? É que, quando falamos de um pelotão de 21 homens, chegamos à conclusão de que, com esses 21 homens, é exequível manter a segurança lá em baixo, nos Paióis Nacionais de Tancos.

Perguntar-me-á o seguinte: se aqueles homens estão lá em baixo, onde é que está a reserva que pode entrar rapidamente? A reserva que mais rapidamente lá podia entrar seria a cá de cima, do QG da Brigada. O Sr. Oficial de Dia tinha indicações, porque havia uma ligação, de que, no caso de haver lá mais alguma situação anómala, a primeira força a intervir lá em baixo, do exterior para dentro, seria a força ali mais perto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, compreendo perfeitamente, só que me preocupa perceber também como é que são retiradas algumas conclusões relativamente às consequências do que aconteceu em Tancos.

Ou seja, a avaria de um sistema, aceitando que há um conjunto de regras que parte do princípio de que esse sistema existe, não leva a que haja alterações nos efetivos, mas, depois — e este é o ponto onde queria chegar —, quando sucede o caso de Tancos, aquilo que nos disse, nomeadamente, o Sr. Chefe do Estado-Maior, quando o recebemos na Comissão de Defesa, foi que houve uma falha de comando e que, por isso, decidiu exonerar os comandantes da Unidade.

O Sr. General Chefe do Estado-Maior Rovisco Duarte, quando decidiu exonerá-lo, teve alguma conversa consigo?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, teve uma conversa telefónica comigo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o que é que ele lhe disse nessa conversa?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Transmitiu-me que me iria exonerar por causa dos acontecimentos de Tancos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E não lhe explicou mais nada nessa conversa?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, telefonicamente, foi isso que o Sr. General me transmitiu, na altura. Telefonicamente, só disse o que é que ia acontecer, antes que passasse na comunicação social. Como tal, informou-me antes que isso fosse publicitado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Depois, teve alguma conversa pessoal com o Sr. General?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, o Sr. General marcou uma audiência com os Comandantes, em particular com a minha pessoa, também.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o que é que lhe foi dito, Sr. Coronel?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, a primeira abordagem que o Sr. General teve para comigo foi no sentido de dizer que compreendia o mal-estar que tinha causado às famílias, mas que, para que houvesse transparência e isenção e para que os Srs. Comandantes não estivessem por lá, tinha decidido desta forma.

Portanto, foi esta a conversa que o Sr. General teve comigo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Informou-o logo de que seria temporário?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Se houvesse matéria para processos que, eventualmente, acartassem a minha pessoa, seria lógico que o Sr. General não me iria nomear novamente para o Comando da Unidade de Apoio.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito obrigado pela sua resposta.

Só quero chegar a este ponto, porque aquilo que nos foi dito pelo Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército foi que haveria responsabilidade de comando e que a responsabilidade seria de todos os comandantes. Portanto, o problema não era de falta de efetivos, mas era responsabilidade do comando, porque não estavam a ser colocados os homens suficientes e não estava a ser dada a prioridade necessária à segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos.

Face às informações que acabou de nos dar hoje, nomeadamente quanto à falta de efetivos na sua Unidade, pergunto-lhe se concorda com estas afirmações que foram feitas para justificar a generalização da responsabilização de todos os comandantes e a sua exoneração temporária, conforme ainda agora ouvimos.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Carlos Monteiro, a missão, quando me é dada, tem de ser exequível. Portanto, o planeamento que vem do escalão superior parte do princípio de que, com os homens que tenho, consigo cumprir a missão.

É uma questão de, depois, na altura, atribuir responsabilidades. Apenas agradeço aos homens que comigo estiveram e a taxa de esforço que lhes foi pedida, porque, sem essa sua taxa de esforço, sem essa sua disponibilidade, efetivamente, havia missões que podiam estar muito mais em risco de... Não de não serem cumpridas, porque se cumpriam na mesma, mas podia haver, eventualmente, risco latente.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sr. Coronel David Teixeira Correia, muito obrigado pelas respostas que já deu, até agora. Não vou ignorá-las e repetir questões, mas pedia alguma clarificação sobre dois ou três aspetos que salientou e que merecem clarificação ou acrescento.

Em primeiro lugar, perguntaram-lhe se as deficiências ou as dificuldades que encontrou, do ponto de vista da segurança, foram reportadas superiormente. Já nos respondeu que sim e já explicou a cadeia de comando, mas, pelo menos para mim — pode ter sido defeito meu —, não ficou claro que tipo de deficiências foram reportadas.

Portanto, insisto nesta questão de saber que questões foram reportadas superiormente relativamente às condições que os militares tinham para assegurar a segurança das instalações.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Jorge Machado, as situações relatadas são de índole operacional, sobre o que encontramos no terreno.

É a parte das vedações, em que havia corrosão; é a parte da vegetação, em algumas alturas do ano, mas nem sempre — havia alturas em que não mencionávamos nos relatórios a parte da vegetação, porque ela também não está sempre a crescer —; é a parte do sistema de videovigilância e intrusão, que estaria obsoleta e não estaria operacional e, como disse há um bocadinho, é a parte da comodidade.

Quando o homem vinha para o descanso, cá em baixo, havia situações que eram menos propícias a que o homem pudesse descansar convenientemente, e estou falando de casas de banho, em que não havia separação, estou falando de água quente...

Quando a força ia lá para baixo, nós próprios fazíamos questão de mudar os colchões, portanto, quando dormíamos lá em baixo, a nossa parte logística mudava os colchões todos e, depois, vinha para cima. Era uma questão de criarmos as condições para que o homem que estava lá em baixo, a quem se requeria esforço, também tivesse alguma comodidade no seu descanso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A determinada altura, colocou em enfoque a falta de pessoal nas unidades que comandava, quando referiu que faltavam cerca de 50% de praças nas Unidades que comandava, e isso, naturalmente, traz consequências do ponto de vista das dificuldades operacionais.

Não lhe vou perguntar porque é que lhe faltavam os 50%, porque todos nós sabemos das dificuldades de recrutamento que os diferentes ramos têm, mas pergunto-lhe se essa dificuldade em termos de pessoal era particularmente sentida porque lhe eram cometidas outras responsabilidades e outras missões. Isto é: se «a manta é curta», ela esticou para que lado?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, isto é transversal.

Há um bocadinho, falei nuns homens específicos que operavam no Aeródromo Militar de Tancos, que também estaria a cerca de um terço do potencial que seria desejável.

Falando da alimentação, era a mesma coisa. Em termos de sinergias, havia fins de semana em que a alimentação era confeccionada pela Escola de Tropas Paraquedistas, agora Regimento de Paraquedistas, para que os homens que estavam lá tivessem alguma possibilidade de folgar.

Portanto, essas sinergias eram obtidas internamente com as Unidades e também com as Unidades vizinhas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Faço-lhe a pergunta porque, nomeadamente, os chefes dos ramos dizem com muita frequência que nenhuma missão ficou por cumprir e são muito pródigos a assumir tarefas e tarefas e novas missões, mas, comprovadamente, como referi, «a manta é curta».

Portanto, fica aqui o registo, numa leitura mais de natureza política, das opções que se fazem na gestão do pessoal. Quando se assumem compromissos em missões no estrangeiro ou de combate a incêndios, ou isto ou aquilo, é preciso, se calhar, ter ponderação do ponto de vista das prioridades, porque, efetivamente, depois o pessoal não chega.

Uma outra pergunta que lhe queria colocar tem a ver com o seguinte: a determinada altura, deu a entender que, pelo menos durante o seu comando, haveria uma organização da segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos sob a forma de turnos de duas horas, em que cada turno assumia uma ronda obrigatória, o que daria aquelas 10 rondas mínimas, fazendo uma ronda cada turno. Percebe-se perfeitamente.

Ora, de acordo com os dados que temos, nem todos tinham este modelo de funcionamento. Isto é, sabemos que havia períodos mais longos de intervalo entre rondas e sabemos, por declarações que já aqui foram proferidas, de alguns comportamentos que pressupõem a acumulação de vários turnos, por assim dizer, pelos mesmos praças e sargentos.

Pergunto-lhe se há alguma regra, ou seja, se era da sua auto-organização promover o trabalho organizado por turnos de duas horas ou se havia uma prática distinta entre Unidades, uma vez que isto não bate certo com o que disseram outros Comandantes, cujo método de organização dos turnos era diferente e, necessariamente, terá de ser diferente.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Jorge Machado, o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército é bem claro quanto à forma como se faz o serviço em termos de Unidade, em termos de serviço de segurança.

Temos de dar tempo de descanso ao homem. Por isso, quando falamos de duas horas de trabalho e quatro horas de descanso, é para que o homem tenha algum tempo de descanso para, a seguir...

Os turnos piores não são durante o dia. De dia, se calhar, até temos homens que não se importavam de fazer turnos de sete, oito ou nove horas. Agora, quando são os turnos em horas mais críticas, temos de «obrigar» — entre aspas — os homens a terem as tais condições de descanso suficientes, para à noite poderem estar vigilantes. É nessa perspetiva.

Realmente, à noite também podíamos fazer um turno de oito ou nove horas, mas, quando fosse descansar, para nós, esse homem não seria reserva, porque estaria tão cansado que, se tivéssemos de o chamar, ele não estaria disponível. Portanto, tentamos dosear para que, nas 24 horas, haja efetivamente um esforço declarado na disponibilidade física do homem, mas que esteja disponível para...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Comandante, percebo isso e, teoricamente, até acho que é razoável. Quer dizer, não percebo nada disso, mas faz sentido o que me está a dizer.

Agora, é óbvio que, para outros Comandantes, não havia organização de turnos a rodar entre si, de duas em duas horas, com a obrigatoriedade de uma ronda para cada um dos turnos.

Portanto, a pergunta que lhe coloco, em termos abstratos, é no sentido de saber se os turnos que cumpria eram algo que estava instituído do ponto de vista de normas e procedimentos ou se eram da sua lavra. Para quê? Para percebermos se quem não organizava o trabalho por turnos de duas em duas horas, com o respetivo descanso — que é necessário, percebo isso, não está em causa a necessidade do descanso, que é uma preocupação que qualquer comandante deve ter —, estava em violação de alguma norma ou procedimento adequado, do ponto de vista das normas internas para a organização do trabalho de segurança.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, por opção da Unidade de Apoio, por opção da minha pessoa, dei indicações para que assim fosse, mas, sendo a missão cumprida, cada Comandante tem a sua liberdade, desde que atinja os objetivos. Cada um vê a melhor maneira de chegar ao seu objetivo.

Se alguém me dissesse que colocava homens durante a noite inteira num posto de escuta, eu achava tranquilo, porque a missão estava cumprida. Em vez de estarem cá em baixo, no descanso, estavam lá em cima. Portanto, não...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O que o Sr. Comandante me está a dizer é que, se fosse opção sua, ou de qualquer outro Comandante que fornecesse segurança do ponto de vista das instalações, organizar a rotatividade de elementos em turnos de 8 ou 10 horas, era possível que isso acontecesse sem a violação de uma norma de procedimentos relativamente a esta matéria?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Afirmativo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem. Ficamos esclarecidos, porque, objetivamente, havia metodologias diferentes na organização do trabalho.

A última pergunta que tenho para lhe colocar diz respeito à avaliação das condições. Já nos deu alguma informação. Efetivamente, a qualidade dos nossos militares evoluiu no tempo e, portanto, percebo essa justificação.

No entanto, a pergunta que lhe foi colocada, e que acho pertinente, era no sentido de saber se, tendo em conta as condições materiais objetivas com que se confrontava — vedações, videovigilância, vegetação, etc. —, com todas essas dificuldades, não seria prudente uma reavaliação do número de recursos humanos afetos a essa realidade?

Parece-nos difícil conceber que, com todas as alterações das circunstâncias relativas às condições físicas das instalações, o procedimento se tenha mantido inalterado, sem qualquer reavaliação.

Não estou a dizer que a responsabilidade é sua, mas sim que essa afirmação nos parece estranha. Pedia-lhe um comentário relativamente a essa matéria.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, olhando para um documento que foi elaborado na altura, vejo qual foi a taxa de esforço que os homens tiveram e também qual foi o tempo de descanso que tiveram e eu próprio me questiono se, com outras condições, estes homens teriam mais tempo de descanso. Mas se as condições não estão reunidas e se a missão é para cumprir, temos de a cumprir com os homens que temos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Percebo a sua resposta. Foi-lhe dada uma missão, mas também todos sabemos que, a um comandante, não é suposto a assunção de missões acriticamente! É por isso que os comandantes têm a obrigação de reportar superiormente dificuldades e questões operacionais que encontrem.

Portanto, a questão reside em se saber se não haveria necessidade de um ajustamento dos recursos humanos alocados, face às condições objetivas das instalações.

Percebo todas as dificuldades que referiu relativamente à falta de recursos humanos, mas, então, estamos face a um outro problema: para cumprir outras missões descurou-se uma instalação militar como aquela. Se assim foi, essa é uma conclusão que teremos de retirar, mas esse não pode ser o pressuposto. Percebe o que estou a dizer?!

Porque é que não foi feita uma reavaliação e um reajustamento relativamente ao número de militares afetos às instalações, tendo em conta as condições objetivas que elas tinham? Em sua opinião, isso não deveria ter sido feito?

Não estou a dizer que a responsabilidade é sua. O Sr. Comandante diz que cumpriu a missão que lhe foi atribuída,...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Esse não é o problema!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... mas o que lhe estou a perguntar é a sua opinião relativamente a esta matéria.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado Jorge Machado, solicitei várias vezes, pessoalmente, que a minha Unidade não integrasse esta escala de empenhamento dos Paióis Nacionais de Tancos porque vi, efetivamente, que os recursos eram escassos, como o Sr. Deputado estava a dizer. Muitas vezes, tinha de me socorrer de homens... da alimentação, tinha de retirar homens...

É lógico que nesse momento íamos tentar nivelar tudo o que eram escalas, para que não houvesse escalas mais acima e mais abaixo... Se, com mais pessoal, isto não teria acontecido? A isso também não lhe posso responder.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Seguem-se, agora, as perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado José Matos Rosa, nos mesmos termos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Coronel David Teixeira Correia, em nome do Grupo

Parlamentar do PSD, agradecendo a sua disponibilidade e presença nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Coronel, faço-lhe três perguntas: qual é, atualmente, o seu posto? Qual o local onde presta serviço? E quais são as suas funções?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sou coronel de Infantaria desde 8 de junho de 2018. Estou no Comando da Brigada, neste momento a aguardar colocação. No dia 21 de fevereiro de 2018 deixei o Comando da Unidade de Apoio, onde estive desde a sua criação, ou seja, desde 2015.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E quais são as suas funções neste momento?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Era Chefe do Gabinete de Assessoria Jurídica da Brigada. Passei esta chefia e estou a aguardar colocação.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, pode relatar-nos um pouco da sua vida militar, também para percebermos quem temos aqui connosco, desde que entrou para a Academia Militar, em 1985.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Entrei na Academia Militar, em 1985, no curso de Infantaria, que acabei em 1990. Depois, estive na Escola Prática de Infantaria; estive no Regimento de Infantaria n.º 1; em 1995, fui para a Brigada Aerotransportada Independente, agora Comando das Tropas Paraquedistas; estive no 1.º Batalhão de Infantaria Aerotransportado (IBIAT), agora 1.º Batalhão de Infantaria Paraquedistas (IBIPara); como comandante de Companhia, tive uma missão em Vitkovice, na Bósnia; estive em Timor, na UNTAET (Administração Transitória das

Nações Unidas em Timor Leste), já integrado no 1BIPara, que antes da alteração de nomenclatura era o 1BIAT; estive no Estado-Maior da Brigada, durante dois anos, a chefiar a parte do G3, que neste caso é a parte das operações do comando da Brigada; em 2006 fui comandar o 2.º Batalhão de Infantaria Paraquedistas (2BIPara), onde fui projetado com uma Força para o Afeganistão, em termos de QRF (*Quick Reaction Force*).

Regressei e fui 2.º Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar; depois, saltei para Tancos, onde fui 2.º Comandante da UALE (Unidade de Aviação Ligeira do Exército) e onde me mantive até à sua extinção, passando, depois, a ser Comandante da Unidade de Apoio, até dia 21 de fevereiro de 2018.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Tem várias condecorações. Pode-me falar sobre elas e a que é que se deveram?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim. A Medalha Militar de Comportamento Exemplar, grau ouro, significa que durante 30 anos não tive qualquer problema com a justiça militar ou com a disciplina militar; a Medalha de Serviços Distintos tem a ver com o desempenho da Força que estive a comandar no Afeganistão; e a Medalha de Mérito Militar tem a ver com o normal desenvolvimento da minha carreira, com a minha dedicação e doação à causa pública, neste caso à causa militar, sendo o meu percurso de cerca de 35 anos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, depois de percebermos quem temos connosco — acho que é importante sabermos que aqui temos um militar preparado, atualizado e que esteve nos teatros de guerra mais importantes, se assim o podemos dizer, em vários pontos do globo —, entramos agora nas perguntas mais diretas.

Neste percurso, alguma vez fez parte da Polícia Judiciária Militar ou de algum departamento de justiça militar?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não. A única coisa que estive a chefiar foi o gabinete de assessoria jurídica, que tinha duas excelentes advogadas e era delas que me socorria para os pareceres jurídicos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Fez parte, por inerência, de algum grupo de decisão que condicionasse o estado de ameaça de qualquer instalação militar?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não, não, Sr. Deputado, a minha vida foi praticamente toda dedicada à parte operacional. A única vez que estive foi, durante cerca de três anos, na parte das Operações, mas isso tinha mais a ver com o treino operacional e não tanto com as Informações, que está mais dedicada a essa área.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Nem por inerência de funções, de comando ou outras quaisquer?

Não sei qual é a estrutura militar — conheço minimamente, mas pouco! — e por isso faço esta pergunta. Não é por acaso que a faço.

Mas, passando a outra questão: no ano 2017, especificamente, qual era o seu posto e onde é que se encontrava a prestar serviço?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — No ano 2017 era Tenente-Coronel e Comandante da Unidade de Apoio do Quartel-General da Brigada de Reação Rápida, em Tancos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Muito bem.

Quanto ao desaparecimento, ou roubo... gosto mais de lhe chamar desaparecimento. Quando se provar que foi roubo, então, será roubo e, nessa altura, teremos...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Furto!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Furto!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Furto. Furto, roubo, vai dar ao mesmo.

Como soube do desaparecimento do material do Paiol Nacional de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Soube do desaparecimento... estava no Dia do Regimento de Comandos, na Amadora, e foi através do Comandante da Brigada que soubemos do desaparecimento efetivo desse material dos Paióis Nacionais de Tancos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Referiu, em resposta a um Sr. Deputado, que, nessa altura, tiveram uma reunião. O que é que foi dito nessa reunião e por quem?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Nessa reunião, o Comandante da Brigada, o Sr. Coronel Tirocinado Fonseca Lopes, agora Brigadeiro-General, reuniu-nos. Na altura, transmitiu-nos o que tinha acontecido e deu-nos indicações para vermos se, eventualmente, isto não seria mais abrangente, para termos algumas preocupações acrescidas e tentarmos perceber se, dentro da Unidade, também houve, ou não, desaparecimento de algum material.

É normal que, Sr. Deputado... os materiais de guerra que temos nas Unidades estão guarnecidos 24 horas por dia. Também têm alarme anti-intrusão e sempre que um homem sai, seja para almoçar seja para o que for, liga e informa o seu oficial de dia que vai sair. Na altura há um toque, mas o oficial de dia sabe que aquele toque está a acontecer porque é o homem que vai sair para almoçar ou jantar, mas é por um período muito curto.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, foram transmitidas orientações a elementos de vários comandos das Forças Armadas, pelo menos do Exército. É assim?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não, Sr. Deputado, só às Unidades da Brigada de Reação Rápida: do RI15 (Regimento de Infantaria n.º 15), o Sr. Coronel Duarte, que já esteve aqui na Comissão, o Sr. Coronel Hilário Peixeiro e a minha pessoa; e também foi alargado aos Srs. Comandantes da Brigada que estavam presentes, do Comandante do RI1 (Regimento de Infantaria n.º 1) até ao RI10 (Regimento de Infantaria n.º 10), em Aveiro.

A reunião foi alargada, mas era mais direcionada para nós, porque estávamos naquele polígono de Tancos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Outros comandantes, camaradas seus, disseram aqui que tinham sabido pelos jornais e pelas televisões que isso tinha acontecido.

Que medidas tomou, logo de seguida, com base nessas orientações?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Liguei ao meu Oficial de Operações, para lhe dar as indicações para que, lá em cima, na nossa área,

verificasse como estava o nosso paiolim e como estavam também as instalações em que estava o material de guerra.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Falarei muito mais sobre isto, mas que comentário faz à devolução de parte do material desaparecido?

Pausa.

Que comentário faz ao facto de ter reaparecido o material e às condições em que reapareceu?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, não sei... os obreiros de tal manobra... não sei o porquê! Não estou na pele deles, portanto não consigo responder.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O senhor é um militar experimentado, com uma experiência longa em teatros de guerra de vária ordem, esteve em sítios onde teve de enfrentar gente de toda a espécie... Ficou estupefacto? Estava à espera ou não estava à espera?

Era este tipo de resposta que pretendia.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Naturalmente que o cerco se apertou. Temos de dar valor a uns e desvalorizar, eventualmente, o escoamento que outros não tiveram oportunidade de fazer. É só isso que tenho a dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, posso dizer que o Sr. Coronel achou natural ter aparecido o material?!

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não, pelo contrário, pelo contrário.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Era isso que pretendia saber.

Sr. Coronel, pedia-lhe um comentário sobre a forma como vê a sua exoneração suspensiva, em julho de 2017, com base nas explicações dadas na altura, ou seja, de que foi para não haver entraves à investigação e para o Sr. Coronel não interferir com os processos de averiguação. Esta é, pelo menos, a informação que temos, escrita em vários locais.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Entendi que, na altura, ao proceder desta forma, afastando os seus comandantes da situação, o Sr. General-Chefe quis dizer que o Exército é transparente, que podem estar à vontade, mexer, remexer e aprofundar o que quer que seja, porque ninguém estaria lá para, eventualmente, ofuscar o que eles pudessem fazer.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, tinha mais quatro ou cinco perguntas sobre este tema, mas não vale a pena!

Passando para a questão dos Paióis de Tancos, qual é a diferença entre um paiol e um paiolim? Ainda não percebi!

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Tem a ver com a dimensão e com a quantidade de munições, explosivos e artifícios de fogo que, eventualmente, pode acomodar.

Quando falamos de um paiolim falamos, quase, na dotação de segurança de uma Unidade. Está bem determinado o que é que uma unidade tem de ter na sua dotação de segurança.... Quando falamos de um paiolim falamos quase na dotação de segurança de uma Unidade. Portanto, estava determinado o quê? Que uma Unidade tem de ter na sua dotação de

segurança e também para o que é tudo o que é cerimónias fúnebres, tudo o que é tiro de manutenção anual. Geralmente é este material que está num paiolim de uma Unidade. Num paiol falamos em situações muito mais grandiosas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, a diferença está na armação que se armazena no paiol e no paiolim. No paiolim é material mais ligeiro enquanto no paiol temos munições mais pesadas e outro tipo de material.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não, armamento, não. Os paióis em particular não têm armamento. O paiolim, ao fim e ao cabo, é a vivência que aquela Unidade precisa para aquele ano.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Já referiu, mas perguntava-lhe outra vez: conhece bem as instalações dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Conheço pelo exterior, das minhas corridas que faço. Internamente, conheço a área administrativa, onde os meus homens estavam em descanso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Conhece também a parte onde estão os paióis e os paiolins?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, as nossas zonas de desporto diário são zonas de passagem, quer dizer que no exterior daqueles paióis até às cinco da tarde há sempre muita gente que ali passeia na sua prática desportiva.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, posso inferir que se deslocava com frequência às instalações dos paióis de Tancos — como disse também a outros Srs. Deputados e como acabou de referir agora, até —, em termos de lazer, de corrida, na parte desportiva. Por aí conhecia bem estas instalações?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, internamente à área condicionada, a área A, eu ia lá quando os meus homens estavam de serviço. Toda a área circundante, que é um estradão, portanto, ao passarmos olhamos, vemos, temos a noção de como aquilo está.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — A Brigada de Reação Rápida tinha algum paiol ou paiolim sob sua responsabilidade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, tem um paiolim interno.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Qual o número desse paiolim em Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Queira desculpar-me, Sr. Deputado, não temos lá nenhum paiol, não. Só os Regimentos de Paraquedistas e de Engenharia é que têm lá paióis.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, a Brigada de Reação Rápida deslocava militares para fazer a guarda das instalações dos Paióis Nacionais de Tancos, como já referiu. É verdade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É verdade!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Com que frequência é que prestavam esse serviço e quais eram as responsabilidades, no fundo?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — O rácio era de cerca de três serviços por ano que lá fazíamos.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Iam lá guardar os paióis três vezes por ano e quanto tempo lá estavam?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Em termos temporais, era um mês de serviço.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não tinha nenhum paiolim em Tancos, onde tinha um era lá na Brigada. Quando estavam de serviço lembra-se da frequência com que iam lá levantar material, se havia uma frequência certa ou se não havia, como se processava essa situação do levantamento de material?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, quando o homem da guarda de polícia dos Paióis Nacionais de Tancos se apresentava lá em baixo ao delegado da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, recebia indicações do que haveria para entregar ou para eventualmente receber nesse dia.

Assim, era de acordo com estas notas desse movimento que ele sabia se nesse dia tinha mais ou menos trabalho, em termos de fiscalizar, acompanhar e depois novamente de sair.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, posso inferir, de tudo aquilo que foi dito, que o Sr. Coronel e os seus homens não sabiam nem o tipo nem a quantidade de material que estava em cada um dos paióis e paiolins, nos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É verdade. Não vou responder por todos os homens que estiveram lá e que eventualmente viessem da Engenharia. Por acaso, não tinha ali nenhum homem que tivesse vindo da Engenharia, mas ali a Unidade não sabe nem tem de saber. Portanto, só tem de saber quem efetivamente tem lá algo para...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Uma máxima que aqui aprendi é que a segurança é na proporção da ameaça. É assim? Podia explicar-me esta máxima, se é que posso dizer que é uma máxima?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quando há indicações de que há um aumento da ameaça, há medidas que são assumidas pelos comandantes militares relativamente às suas instalações, desde eventualmente os homens não poderem ir para casa nesse dia, desde os homens ficarem lá, desde incrementar postos, desde municiar, desde termos reservas prontas a atuar. Portanto, há todo um conjunto também de medidas que podem ser implementadas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, posso dizer que o número de militares em serviço efetivo que se encontrava no paiol foi sempre proporcional à ameaça?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Se a ameaça é aquela que se mantém hoje em dia, nada fazia crer... Porque se houvesse

atempadamente sinais evidentes, pelo canal próprio, de que havia um aumento da ameaça, logo seria lógico e rapidamente colocado no terreno outro tipo de forças e outras em reservas também estariam prontas para atuar em zonas estacionárias.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Coronel, conhece as referências relativas à segurança física dos Paióis Nacionais de Tancos, desde a Diretiva n.º 70/C/CEME, de 16 de março de 2006, ou o faxe n.º 80, de 5 de janeiro de 2007, a Diretiva n.º 25, de 1 de dezembro de 2014, o plano de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, de 21 de janeiro de 2016, a NEP, com as normas de identificação e controlo dos acessos aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, é verdade.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Coronel, se esta sala fosse um paiol o que é que nós tínhamos de ter aqui e como é que funcionava para haver segurança neste paiol?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Depende. Em termos de infraestruturas, seria a parte da Divisão de Infraestruturas do Exército, que teria a sua palavra a dizer sobre o tipo de construção que teríamos aqui.

Também quanto à parte da blindagem, era preciso saber que tipo de blindagem teríamos de ter aqui. De cor, não sei... Sei que há regulamentos que identificam muito bem os procedimentos que, em termos de identificação, devemos ter. Portanto, incluindo para-raios, incluindo não haver interruptores internos, há todo um conjunto de procedimentos que tem de se ter.

Em termos de espessura, isso também tem que ver com o tipo de ameaça que temos. Temos também taludes defletores, portanto, há todo um conjunto de... Mais de engenharia militar que tem por responsabilidade de, na altura, edificarem.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Então, podemos dizer que há vários fatores desde redes duplas até a uma zona de conforto e para, se houver uma explosão, esta não pegar fogo aos outros paióis e paiolins.

Portanto, em termos de ameaça, a segurança tem vários estados: Alfa, Bravo e Charlie. Alguma vez se lembra de ter mudado esse estado de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Em termos de defesa das Unidades, vamos até ao grau que cria mais problemas. Posso dizer que, na qualidade ainda de segundo comandante quanto estive no 15, tivemos de projetar secções para ocupar instalações militares que temos aqui em Lisboa, que não tinham militares para isso.

Quer dizer, em termos de treino, estou a falar de um exercício Orion, em termos nacionais, há Unidades com capacidades e que têm de projetar homens para defender outros locais que nessa situação específica não têm capacidade de o fazer.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E quem é que determina esse grau de segurança ou como é transmitido também?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É transmitido pela cadeia do comando.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E é determinado por quem?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, a cadeia de comando transmite-nos. O Sistema de Informações da República... Como é que se faz chegar ao nível de ameaça? Portanto, para mim, o importante é que o CFT faça chegar à Brigada... Daí para cima, como chega, não...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Coronel alguma vez ouviu falar da possibilidade — isto saiu nos jornais — de haver um assalto ou que, em termos civis e judiciais, havia a possibilidade de haver um assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos, antes de ter acontecido?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É menos verdade aquilo... Sr. Deputado, eu soube dessas eventuais informações *a posteriori*.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Presidente dar-me-á os 30 segundinhos que tem dado. Vou fazer chegar à mesa um artigo de jornal em que se diz que houve uma instituição que avisou a PJ (Polícia Judiciária) e que esta sabia da preparação e avisou a tutela, mas nem os militares nem as instituições militares foram avisados.

Sr. Coronel, só para terminar, vou fazer-lhe duas perguntas: alguma vez pensou...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não foi a tutela, foi a estrutura!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — A estrutura! Pronto, aí está o preciosismo e o Sr. Presidente retira-me aí os 30 segundos...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputados tem 4 centésimos de segundo!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — 10 segundos! O Sr. Coronel alguma vez pensou que era possível termos um assalto nos Paíóis Nacionais de Tancos? A segunda questão que lhe coloco é se acha que correu bem, em termos da justiça portuguesa, dos sistemas de informação portugueses, esta questão de Tancos, antes de acontecer?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quanto a isso nada tenho a acrescentar. Portanto, é a parte da investigação que está no terreno, é a parte de inquérito, que, muito honestamente, não tenho acompanhado. E em relação à parte da audição também não consigo pronunciar-me.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Sr. Deputado Santinho Pacheco, faça favor, nos mesmos termos.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, o meu respeito e o meu agradecimento, em nome da bancada do Partido Socialista, pela sua presença hoje aqui.

V. Ex.^a foi um dos comandantes de Unidade exonerados na sequência do incidente de Tancos. Como interpretou esse gesto do Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, nós temos de estar preparados para tudo. Essa foi das situações em que, quando sentimos que demos tudo o que tínhamos a dar, demos o nosso melhor e não era a força que, nessa altura, tínhamos no terreno, sentimos um bocado que estamos a ser apanhados num contexto muito mais global.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, foi-lhe dada alguma explicação pessoal justificativa de uma decisão tão drástica, atingindo vários oficiais superiores do Exército Português?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — A única conversa que o Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército na altura teve foi aquilo que é sobejamente conhecido. Portanto, foi uma questão de transparência e foi também uma questão de estarmos fora do circuito para que não pudéssemos eventualmente estar a prejudicar as averiguações que se queriam céleres. Foi a única coisa que na altura me foi transmitido pelo Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Pela sua experiência, acha que foi uma decisão normal ou foi um caso único, de muitos anos, no Exército Português?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Os moldes, para mim... nunca tinha experienciado isso e como me senti pessoalmente... Sei que as pessoas, naturalmente...

Todos os erros que vínhamos a cometer, portanto, a formatação é para que isso não aconteça, mas estamos cá também para assumir os erros que tínhamos vindo a cometer. Portanto, sentindo nós que não há ainda julgamento, estamos na fase do inquérito e já estamos a ser exonerados, é natural que, para a opinião pública, nós sejamos uns coadjuvantes, ao fim e ao cabo, do que aconteceu.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, considerou justa tal decisão, mesmo tendo em conta que 15 dias depois era reintegrado como Comandante da Unidade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — O impacto que teve na minha vida familiar, no berço onde nasci, foi deveras preocupante, porque sentia, no local que estou a habitar, que quando entrava para beber café, nessa altura, as pessoas calavam-se. Portanto, é lógico que isto incomoda.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército afirmou aqui, na Assembleia da República, na Comissão de Defesa, que houve falhas de toda a hierarquia. Concorda com o juízo do seu General comandante e entende que o Sr. Coronel falhou como comandante no que a Tancos diz respeito?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Como comandante, cumpri *ipsis verbis* aquilo que as diretivas superiores me determinavam. Nessa perspetiva, como comandante, cumpri.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Se assim é, Sr. Coronel, como justifica a reintegração pelo Chefe do Estado-Maior do Exército dos comandantes das Unidades responsáveis pela segurança dos paióis? É como que um desdizer do próprio General comandante.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Entendo que os senhores coronéis comandantes — e eu era Tenente-Coronel — ao serem afastados e já que as averiguações foram efetivamente céleres... Não havia matéria em termos disciplinares ou criminais que, eventualmente, tivesse sido apurada. O Sr. General fez mesmo questão de nos dar a honra de nos recolocar nas funções que tínhamos anteriormente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, a propósito dessas Unidades, o que é verdadeiramente a Unidade de Apoio à Brigada de Reação Rápida? Integra pessoal afeto a vários serviços diferenciados? É uma Unidade de elite?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — A Unidade de Apoio à Brigada de Reação Rápida é uma Unidade que, neste momento, tem por responsabilidade operar e manter o Aeródromo Militar de Tancos, onde há uma zona de embarque em que o pessoal paraquedista embarca para saltar. Temos, também, toda a parte administrativa de todas as forças que estão naquele QG. Portanto, falo do Comando da Brigada, da Companhia de Transmissões e da Unidade de Apoio...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — É uma espécie de Companhia de Comando e Serviços ou é algo diferente disso?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, é algo muito mais ampliado. Temos coisas diferentes, porque temos um aeródromo militar. O que estamos ali a fazer, se não tivéssemos o aeródromo militar, compreendia o que Sr. Deputado estaria a dizer. Mas temos algo muito específico que é o aeródromo militar.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Qual é a formação do pessoal ao seu serviço em termos estritamente militares?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Neste momento, tenho pessoal, em termos de praças, RV (regime de voluntariado)/RC (regime de contrato), pessoal do quadro, desde pessoal técnico, pessoal de secretariado,

peçoal de infantaria... Portanto, é uma panóplia de peçoal de Armas e Serviços.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Como um bom comandante, considera esse peçoal apto, treinado, motivado para exercer a tarefa de segurança aos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quando a missão é atribuída, nós tentamos dar indicações precisas ao homem, já que o homem, na sua formação, teve contacto com a arma.

Em termos de responsabilização, dizemos o que tem de fazer, a quem deve comunicar, qual terá de ser a sua postura. Muitas vezes são as tais técnicas, táticas e procedimentos que temos de dar aos homens.

Dir-me-á que, eventualmente, uma secção cujo treino operacional é sempre vocacionado para aquilo e que trabalha em conjunto há um ou dois anos, decerto teríamos outros resultados. Relembro novamente que o pelotão de guarnição e de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos era contemplado com aquele efetivo que há pouco transmiti, mas também por peçoal da especialidade de PE (Polícia do Exército).

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Que grau de aceitação teria se colocassem operacionais, que são verdadeiramente, de certeza absoluta, por aquilo que conhecemos, dos melhores soldados da Europa, a guardar paióis no meio do mato? Como é que se consegue a adesão a esse serviço tão duro?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Como transmiti, o peçoal que estaria dedicado ou vocacionado para isso seria peçoal da Polícia do Exército. O que transmiti, como comandante de batalhão, foi que poderíamos entender que, em termos de treino operacional, podemos pensar que aquilo

é um ponto crítico e, como tal, os homens vão para aquele terreno onde, efetivamente, há algo que não pode ser apoderado, nem pode ser controlado pelas forças opositoras. Penso que uma tropa de elite colocada ali, mas não de forma permanente...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Ir para lá fazer esse serviço, era bem aceite pela generalidade do pessoal?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Pode repetir? Não percebi.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Estou a perguntar-lhe se ir fazer serviço para Tancos era bem aceite pela generalidade dos seus homens.

Vozes inaudíveis.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sim, estou a perguntar ao Sr. Coronel se, por aquilo que conhece do seu efetivo, fazer serviço em Tancos era bem aceite pela generalidade dos homens.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, queira desculpar porque a confusão foi minha.

Repare, muitas vezes, quando recebíamos homens do RI 15, o Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar, e geralmente era pessoal que era paraquedista, em termos da sua alimentação ou por qualquer motivo, enfim, logicamente o pessoal começa a olhar de lado, porque entre eles há diferenciações em termos de treino e de postura para o combate.

Dos homens que tinha lá em baixo, não tinha nenhum homem paraquedista. Não tenho, efetivamente, neste momento na Unidade de Apoio... Posso estar a ser impreciso, talvez tenha um ou dois paraquedistas

residuais como praças, porque o resto é tudo pessoal de serviços. Não quer dizer que estes homens, se calhar, bem trabalhados, também não fossem uns excelentes combatentes, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Não duvido.

A Brigada de Reação Rápida era quem coordenava as Unidades que faziam as Unidades que faziam serviço de segurança a Tancos, não é verdade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É correto.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Peço atenção para esta questão. Como interpretar, então, a conclusão do oficial instrutor do processo de averiguações ao sucedido em Tancos, o Sr. Major General Nunes dos Reis, que afirma que a Brigada de Reação Rápida cumpria rotineiramente — sublinho — os aspetos formais de coordenação da segurança, desvalorizando, assim, a importância da missão de guarda aos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — O que o nosso General transmitiu... Eu não sou conhecedor de toda a informação que ele obteve para chegar a essas conclusões.

Se o Sr. General chegou a essas conclusões, eu não estive na parte... Eu fui um homem que, efetivamente, foi averiguado pelo nosso General e fui ouvido pelo nosso General, mas não tenho na minha posse todos os elementos que levaram o nosso General a dizer uma coisa dessas.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O Sr. General disse mais, comentando a acusação-conclusão nesse mesmo processo. Disse que a

unidade só controlava a garantia da segurança física dos paióis através de relatórios diários, isto é, como comumente se diz, através de papelada.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, poderei falar pela minha Unidade. Como estava a dizer e como já transmiti à Comissão, eu ia lá abaixo pessoalmente.

Em relação ao pessoal que também estava dedicado às operações e às informações e segurança, o Sr. Major também ia lá abaixo várias vezes. Quando o pessoal vinha dos paióis, eu próprio falava com eles. Posso dizer ao Sr. Deputado que eu, neste momento, em termos de efetivos, quase conheço os homens pela localidade onde nasceram.

Portanto, isto é uma realidade e serve só para dizer ao Sr. Deputado que, na altura, o meu contacto com os homens era muito presente. Eu gostava de falar com os homens, saber o que é que tinham, o que se passava, como é que estava o serviço e tentar perceber o que podíamos modificar. Só com esta presença assídua é que nós conseguimos pedir aos homens que façam algo mais e que deem tudo o que sabem dar.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, acha normal que o comandante de uma Unidade que tinha a seu cargo uma quota-parte da responsabilidade da segurança a Tancos tenha dito que nunca visitou os paióis de Tancos, durante o tempo em que prestou serviço nessa Unidade?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — É uma postura de ação de comando. Portanto qualquer Sr. Comandante tem as suas áreas, tem a área da segurança, das operações, de recursos humanos, de logística, ou seja, tem todo o seu Estado-Maior, que pode muito bem fazer esse trabalho.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, alguma vez participou ou esteve presente num *briefing* ou numa reunião com os outros comandantes de Unidade, no comando da Brigada, para tratar especificamente da questão da segurança aos paióis de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Pessoalmente, nunca estive.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Depois do furto do material militar em Tancos, tudo o que ali estava guardado ou armazenado, como queiram chamar, foi transferido para Marco do Grilo, para o Campo de Tiro de Alcochete e para Santa Margarida. Isto está correto, não é?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Daquilo que eu li e daquilo que eu sei, está correto.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Como é que se pode entender, então, que tal não tenha acontecido antes, face à situação do perímetro exterior de segurança de Tancos? Com a videovigilância «inop» ou obsoleta, como quiserem chamar, alguma vez propôs ou sugeriu que seria melhor encerrar os paióis por falta de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, ao meu nível, não me competiria dizer uma coisa dessas.

Sei que, em termos de SICAVE do sistema integrado de controlo de acessos e de vigilância eletrónica do Exército, estava a ser edificado. Havia priorização e, nesse momento, as Unidades estavam muitas delas a ser dotadas desta plataforma e sei que para Tancos também estava previsto qualquer coisa.

Pessoalmente, não tenho conhecimento de quando é que as obras iriam terminar. Não tenho! Infelizmente, surgiu esta situação, que em nada nos deu tranquilidade, e foi necessário tomar decisões. As posições tomadas pelo Sr. General foram essas.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O facto de não ter havido essa proposta significava que os comandos das Unidades e o Exército em geral consideravam Tancos como um não problema? Consideravam que não havia ameaças, que era uma situação rotineira e normal?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, em qualquer missão, seja a mais simples ou a mais volumosa ou vulcânica, o militar está lá com o mesmo empenho, com o mesmo desembaraço.

A prova disso é que nós vemos que o militar, quando é projetado, muitas vezes com muito sacrifício também, por causa do plano Faunos, para o rescaldo de incêndios, vai com a mesma vontade.

Portanto, Tancos é uma missão para cumprir, vamos cumpri-la e vamos sair de lá com a missão cumprida, com a plena noção de que demos o nosso melhor.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — «Tancos era uma missão secundária para os paraquedistas; a nossa missão prioritária era outra» — foi-nos dito aqui pelo antigo Comandante do Regimento de Paraquedistas.

Revê-se neste honesto realismo? Considero que isto é de uma honestidade imensa do ex-Comandante do Regimento de Paraquedistas.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Quanto a mim, dedicava a Tancos ou a qualquer missão que me fosse atribuída todo o meu saber, todo o meu empenho e tentava, também, transmitir isso aos homens que para lá

levassem o bom nome do Exército e o nome da Unidade à qual tinha sido acometida essa missão.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, por que razão os paióis de Tancos nunca teriam sido uma prioridade no âmbito do SICAVE, face ao estado obsoleto da videovigilância? Encontra alguma resposta lógica para isto?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, não sou conhecedor dos encargos financeiros que isso iria importar. Em termos de priorização, o que feito ou deixou de ser feito... Falamos em sistemas que custam centenas largas de milhares de euros, em que o fio não pode andar via aérea. Tudo isto requer que haja trabalhos que têm o seu volume. Quem decidiu dessa forma, melhor do que eu, poderá dizer a razão pela qual não se olhou para Tancos de outra forma. Não serei eu, naturalmente, pois não estou munido de informação e não posso estar aqui a justificá-la.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A minha explicação — e pergunto-lhe se concorda com ela — é que seria pelo facto de os paióis serem uma espécie de «terra de ninguém», por não terem dono, por serem uma infraestrutura enjeitada por todos e não pertencerem a uma Unidade específica.

Vários comandantes nos disseram aqui que não referiam os paióis de Tancos no seu relatório de posse de comando, porque era uma infraestrutura que não estava debaixo da sua alçada direta. Daí, a prioridade ir para obras ou instalações para pessoal ou para a substituição, por exemplo, das coberturas de amianto ou até para a colocação de segurança na sede da banda do Exército.

Como está a ver, dinheiro havia e foi gasto em várias infraestruturas militares. Não havia era para Tancos!

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, quanto aos paióis em si, como infraestrutura, são da responsabilidade da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. Portanto, o Sr. Coronel, comandante da UAGME, naturalmente, que o fez no seu relatório. Todos os relatórios que iam para o CFT quando havia algo menos próprio, menos próprio, o delegado da UAGME ficava com uma cópia deste relatório que lhe deixámos para ele saber... Além disso havia os contactos informais com o Sr. Comandante, lá em baixo, da Unidade de Apoio em que transmitíamos algumas preocupações.

Quanto a olhar-se para Tancos, sempre esteve contemplado em termos de quadro orgânico, quer inicialmente na parte da DSM (Direção do Serviço de Material) e, se a memória não me falha, quer no Regimento de Engenharia n.º 1, quer também agora no QG da Brigada.

Neste momento, o próprio pelotão de guarnição e segurança para os Paióis Nacionais de Tancos está contemplado no quadro orgânico, que foi revisto e aprovado em 2016, no QG da Brigada de Reação Rápida. Isto é, quando houver homens para colocar neste pelotão, a segurança física aos Paióis Nacionais de Tancos passa a ser de quem tenha o pelotão e quem tem o pelotão, neste momento, é a Unidade de Apoio, é o QG da Brigada de Reação Rápida. Entenda-se que é o quadro orgânico do QG da brigada e não da Unidade de Apoio. É o QG da Brigada de Reação Rápida, onde está a sua Unidade de Apoio, que é responsável pela situação.

Antes disso, era a engenharia. O Regimento de Engenharia n.º 1. Quando totalmente instalado em Tancos, também tinha esse pelotão de guarnição e segurança para os Paióis Nacionais de Tancos e competiria a eles

também dar a segurança como um todo. Isto é, havia unidade de comando em termos de segurança.

O que transmito aqui é que, mesmo passando de comandantes para comandantes, a unidade de comando estava presente nessa altura. Havia passagem de serviço e, portanto, havia um cumprimento e um comprometimento para que todas as NEP que lá estavam fossem cumpridas e havia determinações internas de cada um dos comandantes para que a segurança fosse feita.

Perguntar-me-á, como há bocadinho foi dito, se eventualmente podia lá pôr um homem, se calhar, de oito em oito horas ou de quatro em quatro horas. É uma unidade de comando, portanto, não quer dizer que o outro comandante, da forma como procedeu, procedeu mal, desde que tenha cumprido a missão.

Agora, quem vai ajuizar, quando as coisas correm menos bem, eventualmente, vai questionar por que é que correram menos bem. Aí, o que podemos dizer é que, se calhar, esse método não foi o mais adequado. Para isso é que há todo o Estado-Maior, que apoia o comandante e que tem a sua sala de operações que também o apoia, apresentando modalidades de ação para determinar como é que vamos fazer para não criar rotinas, e cada comando deve procurar também não criar as tais rotinas.

Eu não sabia as rotinas do Regimento de Paraquedistas, do Regimento de Engenharia n.º 1. Não sabia, porque podia estar eventualmente a fazer os meus homens incorrer em rotinas idênticas aos demais.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Não foi a falta de unidade de comando que pôs em perigo os paióis de Tancos, pois não?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Em termos da segurança, não foi a unidade de comando.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, acho que vai concordar que tudo isto, que é muito, confirma que os Paióis Nacionais de Tancos eram tidos como uma missão com um baixo grau de ameaça. Em 30 anos, nunca nada ali se passou.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, ainda bem. Nem em Tancos nem em nenhuma Unidade. Isto é sinal de que vivemos num País em que a ameaça está no nível em que está.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Esse facto, de nada de anormal ter acontecido em Tancos durante 30 anos, pode ter amolecido o estado de alerta e prontidão e minado a eficácia da segurança?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Penso que não, Sr. Deputado. Sempre que há...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Quando nada acontece, normalmente, vamos amolecendo cada vez mais.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, o que acontece, se olharmos bem para o não cumprimento das tarefas que são obrigatórias ou essenciais, como assim queiramos definir, no serviço diário, os senhores comandantes punem. Tanto louvam como punem e, quando punem, é para que os demais não pensem que, eventualmente, o que aqueles fizeram pode também passar para os demais.

Portanto, o que estou a dizer é que os homens estão ali, como o Sr. Deputado sabe, em média, mais ou menos três, três anos e meio, que seria a

média de tempo em que os homens RV/RC estariam no Exército. Cerca de dois anos e meio, três anos, se a memória não me falha.

Repare, passados dois anos, mesmo 30 anos, falamos, se calhar, em várias gerações de homens que passaram por cá, portanto, não são os mesmos. Não amolece, porque há sempre homens diferentes, homens que chegam, homens que vão embora. Na vida militar estamos sempre a conhecer pessoas, a despedirmo-nos de pessoas. Tem esta parte boa e menos boa, ao fim e ao cabo, em termos de serviço também.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Então por que é que parece que ninguém se admira quando se diz que houve intervalos de rondas de 20 horas?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, se houve intervalo de 20 horas, eu próprio admiro-me. Admira-me se isso for verdade. Não consigo confirmar.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Está aqui, Sr. Coronel, em *Tancos 2017: Factos e Documentos*, e o senhor conhece isto.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Oito homens não seriam demais para um sítio onde nunca se passa nada? Haver as célebres «baldas», quando há um conhecimento próximo e um espírito de corpo entre militares que se conhecem há anos, que convivem e vivem juntos, não pode tudo isso arrastar para aquela «balda» típica?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, o grau de confiança e a supervisão daquilo que se está a fazer, daquilo que se fez... Cada força ou cada *task force*, quando é aplicada, neste caso, na defesa de

um ponto sensível como o era e como é Tancos, quando tinha, efetivamente, no seu interior, as munições, os explosivos e os artifícios de fogo...

Esta situação que o Sr. Deputado está a dizer, em termos comparativos, não quer dizer que a mesma não exista. Neste momento, não posso dizer que isso possa ser menos verdade. Agora, compete naturalmente ao pessoal que está de serviço na altura saber o que se está a passar e fazer as correções imediatas, ou, então, dar essa indicação... E há punições, naturalmente, como disse o Sr. Deputado. Portanto, num plano meramente de disciplina, os Srs. Comandantes têm, em termos de RDM (Regulamento de Disciplina Militar), autoridade para punir.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, um sargento, um cabo e seis praças: oito homens. Era ou não uma força proporcional e justa para o grau de ameaça em presença nesta missão de segurança a Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, estamos com esse efetivo desde há uns bons anos a esta parte, aproximadamente, 11 anos...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — E nunca se passou nada, não é?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Para o nível de ameaça, iríamos novamente focar no mesmo tempo. Se houvesse indicação de que o nível de ameaça podia estar latente, qualquer comandante ia naturalmente reforçar uma área onde vê que há mais fragilidades.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Voltando ao Sr. General Nunes dos Reis, é surpreendente a sua conclusão, ao defender que a ausência da deteção

decorreu da deficiência, insuficiência ou inexistência de meios. Concorda com esta conclusão?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Falamos como medidas complementares. Como disse, isto é o «gato e o rato», não é?! Usando aqui a analogia.

Em relação a quem está a rondar, se, da parte de fora alguém quiser, também está a controlar para onde é que vai. Por isso estava a falar ao Sr. Deputado desta parte cíclica em termos de rotinas e, em termos de percursos, de serem os mesmos diferenciados. Nunca sabem se o homem vai para o paiol seguinte ou se volta para trás. A indicação do comando era nesta perspetiva, a de não criar...

Era para aquele homem não saber que me vou deslocar do paiol n.º 9 para o paiol n.º 10 ou para o paiol n.º 12. O homem tanto podia iniciar no paiol n.º 9 como passar para o paiol n.º 11 como, a seguir, voltar para trás.

Havia um conjunto... Posso dizer-lhe que, através do meu oficial de operações, tínhamos cerca de 9, 10 ou 11 rondas que dávamos ao sargento da guarda, para que o sargento da guarda aos Paióis Nacionais de Tancos, mesmo com aquilo, pudesse em cada ronda dar uma planta diferente que queria que aquele homem fizesse.

Isto olhando naturalmente para os meios complementares que não estavam presentes, como tal, também estaríamos com a presença física militar e teríamos de tentar naturalmente compensar. Não quer dizer que mesmo com sensores e com videovigilância teremos de ter uma força capaz de, em tempo oportuno, ir verificar. Também temos de pensar muito seriamente nisso, ou seja, não termos sistemas de deteção, de intrusão, mas termos alguém que note isto e que, com uma capacidade de resposta muito rápida, vá ao terreno verificar o que se está a passar.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas estamos a falar da conclusão de um auto de averiguações de um major-general, não de um oficial qualquer. Mais surpreendente ainda é a sua proposta de arquivamento deste processo de averiguações, até porque o escalão superior foi alertado, diz ele, sobre tudo o que estava mal na segurança de Tancos.

O que terá feito, então, esse escalão superior para alterar o que estava mal de acordo com o juízo do Sr. Major-General?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, o nosso Major-General... O arquivamento tem a ver com os Srs. Comandantes. Quer dizer que os Srs. Comandantes, mediante as condições que tinham do terreno...

Portanto, o militar tem de se acomodar ao terreno, não é o terreno que se acomoda ao militar. O militar chegou ao terreno, acomodou-se ao terreno e verificou que cumpriu a missão como bem tinha de cumprir.

Agora, o que foi feito superiormente, quanto a isso não tenho nada a acrescentar. Quanto aos Srs. Comandantes, na altura fizeram de acordo com aquilo que estava escrito. Dotaram lá os homens em termos de potencial, que tinha sido determinado efetivamente pelas chefias militares.

Portanto, é nessa perspetiva que vejo esse arquivamento, ou seja, para os Srs. Comandantes.

O Sr. **Presidente**: — A segunda ronda irá iniciar-se de imediato.

Peço ao Sr. Coronel que vá anotando as questões que forem colocadas, uma vez que, na segunda ronda, os vários grupos parlamentares farão as suas perguntas sucessivamente e só no final é que, em conjunto, o Sr. Coronel terá a amabilidade de responder.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não faremos terceira ronda, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não haverá terceira ronda, portanto, esta será a última ronda desta audição.

Iniciará a segunda ronda o Grupo Parlamentar do PSD, pela voz da Sr.^a Deputada Carla Barros, que tem 5 minutos para colocar as questões. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento todas as Sr.^{as} e os Srs. Deputados desta Comissão de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Sr. Coronel de Infantaria David Correia, como percebeu já pela intervenção do meu colega, o Sr. Deputado Matos Rosa, o PSD, ao longo destas audições, questionou sempre com o cuidado de obter respostas claras e objetivas sem transformar perguntas em insinuações.

Sabemos que é inevitável que o Exército tenha sido beliscado, que a sua imagem tenha sido, de certa forma, perturbada com este incidente, mas para nós é muito importante que o País continue a ter uma instituição militar forte, que nos orgulhe na sua missão nacional e internacional. Por isso, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, queria deixar claro que manteremos esta atitude até ao final destes trabalhos.

Já decorreram dezenas de audições e há conclusões que já se podem tirar, desde a falta de recursos humanos até às insuficiências do material complementar ou dos equipamentos complementares de vigilância.

Tenho três questões para colocar ao Sr. Coronel David Correia. Uma delas ainda vem das anteriores respostas que deu ao meu colega, o Sr.

Deputado Matos Rosa, e que gostava de esclarecesse, porque quem está a ouvir e não está dentro da orgânica do Exército pode não entender.

O Sr. Coronel diz que está a exercer as suas funções em determinado sítio — se puder repetir para lembrar também agradecia — e que aguarda colocação desde 21 de fevereiro de 2018. Está a exercer e aguarda colocação. Se puder explicar em que é que isto consiste em termos de práticas de gestão de recursos humanos do Exército, para nós e também para quem nos está a ouvir era fundamental.

A segunda questão que queria colocar é sobre o que o Sr. Coronel entende que tenha levado à ocorrência do furto naquele dia. Já temos ouvido inúmeras explicações e há uma que ficou célebre e que nos marca, que é aquela da justificação de se ter juntado a vontade de alguém, neste caso, dos assaltantes, a uma oportunidade que o Exército permitiu. Afinal, o que é gerou essa oportunidade e o que é que a concretizou? Concretize essa oportunidade. É que nós já percebemos que os assaltantes estavam motivados e que encontraram ali uma oportunidade. Então, que fatores, que aspetos é que contribuíram para que, naquele momento, essa oportunidade fosse excelente?

A segunda questão é no sentido de perceber um pouco a relação do Governo com o Exército, neste caso concreto. No seu entender, Sr. Coronel, que opções políticas, que decisões políticas é que foram levadas a cabo por este Governo que tenham contribuído para estas fragilidades, em particular?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, quero dizer-lhe que todas as questões que lhe coloquei foram retiradas de

documentos que nos foram distribuídos e que nada disto é da minha lavra. E vou continuar no mesmo registo.

Não considera suspeito ou anormal um comandante da guarda afirmar e informar os restantes soldados que só ele iria realizar as rondas e que os soldados não tinham de se preocupar com isso, porque ele próprio faria uma ronda de manhã e outra à tarde?

Acha que foi coincidência estar de serviço de guarda aos paióis o Regimento de Engenharia n.º 1 e terem sido os paióis desse Regimento aqueles que foram alvo do furto?

Diz o Sr. General Nunes dos Reis que as responsabilidades pela segurança de Tancos foram diluídas ao longo de anos e daí a dificuldade em dissuadir, detetar e evitar o furto. Concorde com este «lavar de mãos» tão explícito?

A par das responsabilidades políticas, e antes delas, há ou não também responsabilidades militares?

O Sr. Coronel entende que neste lastimável episódio há duas verdades — uma civil, à paisana e política, e outra militar — ou a verdade é só uma, a verdade, doa a quem doer?

Tancos e, depois de Tancos, a atribulada recuperação de material na Chamusca afetaram o brio militar das Forças Armadas Portuguesas? O que sente quando vê aquela cena, que passou tantas vezes na televisão, de alguém estar a fazer um gesto com as mãos e a dizer «uma caixinha assim»? O que é que sente verdadeiramente?

Alguma vez esteve em causa a segurança nacional, no seu entender? Terrorismo, crime organizado? O Sr. Coronel não concorda comigo que as granadas de fumo são sempre úteis para uma manobra de diversão?

Em que ficamos, Sr. Coronel? Trabalho de amadores, como diz um camarada seu? Ou terrorismo e crime organizado, como sugere o Sr. General Nunes dos Reis?

É tudo o que lhe queria perguntar.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, no seguimento das exonerações, relativamente aos acontecimentos de Tancos, o Sr. Coronel juntamente com outros comandantes foram exonerados. E, de acordo com o ex-CEME, isso tinha a ver com o objetivo de se criarem todas as garantias de que as averiguações em curso decorreriam de forma absolutamente isenta e transparente — isto foi o que veio cá para fora e se soube pela comunicação social.

Gostaria de saber se o Sr. Coronel concorda com estas declarações e se, se não tivessem existido as exonerações, essas averiguações não teriam decorrido de forma isenta e transparente.

Como é que o Sr. Coronel considera esse facto? Afinal, ter-se-ia tratado de uma «cortina de fumo» para calar a opinião pública? Ter-se-ia tratado de uma estratégia de comunicação externa, como aqui frisou numa audição um camarada seu?

Por outro lado, também gostaria que me dissesse que inquéritos foram mandados instaurar, durante o período das averiguações. Pode confirmar se foram inquéritos à segurança física, à vigilância eletrónica dos paióis, à área técnica?

O ex-CEME, na altura, referiu ainda, e passo mais ou menos a citar, que o que aconteceu tinha a ver com «erros estruturais e sistémicos», que houve «cumplicidade interna», que houve «desleixo e falta de supervisão» e que o «roubo não se deveu a efetivos». O Sr. Coronel concorda com esta afirmação?

Sr. Coronel, a seguir aos acontecimentos, houve uma visita de várias entidades militares e políticas — a saber, o Sr. Presidente da República, o anterior Ministro da Defesa Nacional, o ex-CEME — que verificaram que aquilo estava cheio de mato. Ora, gostaria de saber se o Sr. Coronel não se sente atingido com esse facto, tendo em conta que também tinha a cargo uma Unidade que fazia a vigilância aos Paióis Nacionais de Tancos.

Para já, são estas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel, na sequência das audições e agradecendo todos os esclarecimentos que nos foram prestados até este momento, queria que me respondesse especificamente a alguns pontos que julgo importante serem esclarecidos.

Face às várias inquirições, temos já uma ideia daquilo que são as fragilidades dos Paióis Nacionais de Tancos. Havia fragilidades físicas, a rede, a videovigilância. O Sr. Coronel falou-nos da falta de recursos humanos.

O que percebemos foi que também há falhas, que nós podemos qualificar como falhas, em matéria de procedimentos, que geraram, aliás, falhas consideradas individuais, com sanções disciplinares. E a minha pergunta é esta: sendo que a missão é uma responsabilidade dos comandantes, na opinião do Sr. Coronel, o que é que levou a que a missão não fosse cumprida e tivesse colocado em perigo os Paióis Nacionais de Tancos, com as consequências que conhecemos?

Por outro lado, pedia que esclarecesse também uma questão, que, na minha opinião, com toda a franqueza, não é possível ser as duas coisas ao mesmo tempo. O Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, quando falou na

Comissão de Defesa Nacional, disse textualmente: «Há ali desleixo. E isto é comandantes, Sr. Deputado, com todo o respeito, isto é comandantes. As ervas cresciam por todo o lado. Mais, quando olhei para estes relatórios e verifico que decorreram 20 horas entre rondas, perguntei: ‘Então e as unidades? Ninguém diz nada? Eu percebi que havia um problema estrutural de supervisão e isto é primariamente ação de comando».

Olhando para isto e para a conversa que o Sr. General CEME teve consigo, em que o que foi transmitido foi que o objetivo era garantir que a isenção e que a exoneração era temporária, e sabendo que, ao fim de 15 dias, tínhamos estes relatórios que apontam desde problemas de efetivos a falta de unidade de comando, enfim, fazem inúmeras críticas àquilo que sucedeu, o Sr. Coronel é renomeado, bem como todos os outros comandantes das Unidades, sem que haja a responsabilização de ninguém ao longo da hierarquia, a não ser de quem falhou individualmente — e estamos a falar de um sargento, de um cabo e parece que também de um oficial de dia. Estes, na prática, foram os únicos que sofreram uma consequência.

Portanto, não conseguimos entender, face àquilo que são as fragilidades identificadas, face àquilo que é a noção do que não correu bem, que, no final de tudo isto, haja versões contraditórias nas explicações que foram dadas ao Sr. Coronel e nas que foram dadas à Comissão de Defesa Nacional.

Pergunto-lhe, com toda a franqueza: o Sr. Coronel sente que foi desleixado, sente que não cumpriu a sua responsabilidade de comando, para haver este tipo de comentários? Ou sente que há uma explicação e haveria que apurar onde é que as coisas falharam e quem falhou ter também, nessa medida, de ser avaliado e responsabilizado?

Por isso, não queria que esta audição terminasse sem dar ao Sr. Coronel a oportunidade de nos esclarecer e tranquilizar quanto àquilo que foi

a sua responsabilidade e também quanto à forma como se sentiu quando alguém lhe disse que foi exonerado.

O Sr. Coronel transmitiu-nos aqui, mas sente-se ou não injustiçado com aquilo que foi na altura a decisão tomada de o exonerar temporariamente, mais que não seja, com estas menções que agora lhe referi, de que o fundamento que nos foi transmitido a nós era este e não aquele que lhe foi transmitido a si?

O Sr. **Presidente**: — Sendo que o Sr. Deputado Jorge Machado prescinde de intervir, tem a palavra, para responder, o Sr. Coronel de Infantaria David Teixeira Correia.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Carla Barros, perguntou-me se o Exército foi beliscado. Naturalmente que sim, Sr.^a Deputada. Quanto acontece uma situação destas, quando a missão não foi cumprida, julgo que a imagem que o Exército deu na altura é que a mesma foi beliscada. Foi beliscada e naturalmente que os homens de bem que compõem o Exército e que, de forma abnegada, doam tudo ao Exército sentem que a instituição em si, como um todo, está afetada.

Porém, nós, como seres humanos, vivemos com sobressaltos mas há que levantar e seguir em frente, porque as boas práticas dizem que nós temos excelentes homens e excelentes mulheres no Exército, que sabem dar a volta a essa situação e colocar o Exército onde ele nunca deveria ter deixado de estar colocado.

Quanto à minha situação, talvez eu tenha sido menos explícito. Eu fui exonerado do comando da Unidade de Apoio no dia 21 de fevereiro. Como referi, eu quase que era um decano da Unidade de Apoio, estou lá desde a sua criação, em 2015. Portanto, em termos das necessidades de comando, eu tinha mais do que o comando. Já estive a comandar um batalhão, pelo que

tenho tempo de comando, fui 2.º Comandante, em Tomar, fui 2.º Comandante na UALE (Unidade de Aviação Ligeira do Exército) e, desde a criação da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida até ao dia 21 de fevereiro de 2018, fui Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida.

Eu fui exonerado e foi nomeado, por escolha, um outro Sr. Tenente-Coronel, que necessita naturalmente do comando. Portanto, a parte da hierarquia determina que nós tenhamos um tempo mínimo ou um tempo máximo de comando, isto é, tem de haver condições para que toda a gente possa comandar.

Desde o dia 21 de fevereiro de 2018 a esta parte, eu estava a chefiar o gabinete de assessoria jurídica da Brigada de Reação Rápida. São as minhas funções... Isto é para esclarecer, porque eventualmente fui eu que não me expliquei...

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Desculpe-me interromper, Sr. Coronel, mas queria pedir ao Sr. Presidente para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Se é para um esclarecimento, faça favor.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sim, é para conseguir obter uma resposta correta por parte do Sr. Coronel.

É que o Sr. Coronel referiu várias vezes que estava nessas funções, mas que estava à espera de colocação. É isso que não se entende.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr.ª Deputada, quando me perguntaram o meu percurso, por onde andei, o que estou a fazer e para onde vou, o que referi foi que, neste momento, estou a aguardar colocação.

Em termos de antiguidade, fui promovido a Coronel. Em termos de antiguidade é uma coisa outra coisa é quando é o ato formal da promoção e, neste momento, estou a aguardar colocação. E, se calhar, já chegou a minha colocação. Ok?

Quanto à oportunidade do ato, do evento, da intrusão, quando há vontade e se há informação de quais são as vulnerabilidades, todos nós tentamos estudar o potencial adversário... Qualquer pessoa faz isso, qualquer pessoa, quando vê as suas vulnerabilidades, tenta entrar pelas suas vulnerabilidades.

Sr.^a Deputada, como referi, não faço parte, nunca fiz parte da PJM. Portanto, o que é que levou, quem está ou quem deixou de estar, quem apoiou ou quem deixou de apoiar, como é que entraram, como é que saíram, o que é que levaram ou deixaram de levar, naturalmente, faz parte da investigação judicial, que está a fazer o seu trabalho.

Quanto ao que me dá a entender, se, efetivamente, há uma lacuna de 20 horas e, nessa altura, há uma coincidência, não sou nenhum analista, mas poderei, eventualmente, ser tentado a dizer que houve uma penetrante que foi aproveitada.

Se havia vontade e se já havia indícios de que — como vim a saber *a posteriori*, através dos órgãos de comunicação social... Quer dizer que também havia vontade de ... Essa vontade foi concretizada, eventualmente por corredores temporais que se abriram e por fragilidades existentes.

Quanto à parte das opções políticas, neste momento vemos que mesmo o número de candidatos que são necessários para as Forças Armadas — e temos essa noção — não atingimos... Ainda hoje estava a falar sobre este tema e sobre o que se passa hoje vemos que os jovens não querem ir para as Forças Armadas. Neste momento isto é uma realidade.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Há concurso aberto?

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Há um concurso aberto é uma realidade neste momento. Temos as equipas de formação que estão prontas para dar formação, mas os candidatos não aparecem ou desistem precocemente.

Esta é outra área sobre a qual não me vou debruçar, ou seja, por que é que o jovem não quer estar cá ou só está, efetivamente, durante cinco ou seis anos? Isso são outras áreas, de saídas. Com a lei dos incentivos, porque também... E, já agora, se me permitem, na minha ação de comando tinha, com o meu oficial do pessoal, sempre que havia a lei dos incentivos, estava sempre a incentivar a rapaziada sobre o que é que eles poderiam ter, onde é que eles poderiam ir, a mais-valia de estar cá dentro, a parte da formação. Tudo isto é dito aos jovens.

Mas o jovem, quando cá chega, só ele é que pode dizer o porquê... Ou porque é de longe, ou porque é de perto, ou porque ganha pouco, ou porque não tem saída. Há várias situações e temos de olhar para a juventude e ver o que é que lhes podemos dar cá dentro. Isto porque vamos exigir-lhes rigor, comandando, naturalmente, mas a vida sem rigor também não é vida nenhuma, não há progressão.

Sr. Deputada, penso que estará esclarecido.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Se houver mais alguma opção política que queira partilhar...

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Não, nessa área não me meteria tanto.

Sr. Deputado Santinho Pacheco, quanto às questões propriamente ditas que me colocou, quanto aos Paióis Nacionais de Tancos e se considero que houve algum conluio ou informação, ou se é algo que sabemos que os

paíóis afetados foram os Paíóis Nacionais de Tancos, muito honestamente lhe digo que se dos quatro paíóis nacionais, se dos quatro paíóis de engenharia se, eventualmente, estes eram os que tinham mais conteúdo para que, eventualmente, fossem...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Não foi isso que lhe perguntei! Perguntei se não era coincidência quem estava de serviço!

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Pois, pois... Repare, o que quero dizer com isto é que o Regimento de Engenharia n.º 1 tinha quatro paíóis e não sei qual o conteúdo de cada um dos paíóis.

Neste momento, não sei dizer se, dos quatro paíóis, esses foram os perpetradores, portanto, os meliantes ou os intrusos tiveram mais sucesso. Podemos chegar à conclusão que, eventualmente, se calhar não seria aquele paiol que eles queriam e tivesse havido algum engano, ou talvez as LAW (*light anti-tank weapon*) não fossem algo de apetecível. Esta é a minha análise, daquilo que faço e do que leio.

Não sei qual o conteúdo dos quatro paíóis. Sabemos muito bem que, da informação que tenho até ao momento, tudo o que sejam munições de 9 mm não estão...

Quanto à situação em si, se houve ou não informação, se houve informação de algum militar do Regimento de Engenharia n.º 1, eu próprio não sei. Há sigilo, como é lógico, mas que $1 + 1 = 2$ pode levar-nos a dizer uma coisa destas, mas quem sou eu para estar a tecer aqui a parte conclusiva disto.

Quanto às responsabilidades militares, elas são acometida a vários níveis. Comandantes, há vários comandantes... Como o Sr. Deputado sabe, temos comandantes de baixos escalões e de altos escalões.

Quando o Comandante General Chefe do Exército se refere aos seus comandantes é de forma genérica, tanto afeta o comandante do Regimento como outros comandantes, quer a nível superior, quer inferior. Mas neste aspeto seria só de comandantes regimentais para cima. Portanto, o Sr. General, quando se refere aqui a «comandantes», é nessa perspetiva; num sentido muito mais amplo, muito mais lato.

Quanto ao Sr. General Chefe de Estado-Maior do Exército que, em Alcochete, aquando da colocação dos órgãos de comunicação social e quando apresentou aquela queixa, ele próprio... Repare, não falo aqui do Sr. General, ele foi transparente e é algo que estava ali... Só o Sr. General pode responder pela maneira como apresentou esta caixa, que não estava na parte do inventário... que era de desconhecimento em termos da inventariação do material que tinha sido furtado.

Quanto ao material que foi furtado, naturalmente que há sempre uma letalidade do mesmo. Falamos também de LAW, de lança granadas que estavam ali, que tinham vindo do CTC e que iriam ser aproveitados para a formação específica em termos de inativação. Este material, sendo bem utilizado, em mãos alheias, naturalmente que poderá fazer uma moosa de algum calibre.

Em relação às munições não vale a pena falar, sabemos muito bem qual a sua letalidade.

Quanto aos explosivos vemos que os mesmos só em mãos perfeitas é que eventualmente poderão fazer alguns estragos.

Quanto à segurança nacional, hoje em dia as fronteiras são como são e os operacionais podem quase circular de um lado para o outro e, portanto, os operacionais quase que podem cumprir as suas intenções onde eles desejarem. Mas logicamente que as informações estão cá para aniquilar estas pretensões que eles tenham.

Quanto ao crime organizado não me irei pronunciar. Penso que, da maneira como isto apareceu, se fosse crime organizado isto teria rapidamente desaparecido, teria sido escoado. Estou a falar em termos pessoais.

Não sei se respondi a tudo, mas, pelo menos de uma forma genérica...

Sr. Deputado João Vasconcelos, quanto à criação da isenção e transparência, foi opção do Sr. General, na altura, demonstrar que o Chefe do Estado-Maior do Exército colocou os seus comandantes deslocados da situação para que os mesmos não conseguissem influenciar as averiguações, naturalmente dando com isto sinais evidentes de que não haveria nada que pudesse ser alterado — relatórios ou o que quer que fosse.

Os Srs. Comandantes, ao saírem — e eu próprio também saí — não têm mais nada para fazer porque, efetivamente, todos os relatórios são sancionados pelo comandante. Portanto, tudo o que é para ser visto e revisto, tudo o que são NEP está tudo feito, nada pode ser alterado porque tudo, os originais, são autenticados pelos comandantes e ficam em arquivo na SOIS, na vertente das Operações de Informações e Segurança.

Os Srs. Comandantes, ao saírem, naturalmente que tudo o que estava feito — e bem feito, naturalmente — estava lá e, como tal, não haveria qualquer preocupação, porque não poderia ser alterado... O tal conluio que, eventualmente, existiria e poderia falar-se sobre isso.

Sim, compreendo perfeitamente que esta foi uma estratégia de comunicação externa. Foi o que acabei de dizer: o Sr. General quis transmitir que este escrutínio iria ser feito da forma mais transparente. Era o que ele desejava e assim o fez.

Perguntar-me-á se a esta distância... Na altura, como é uma coisa inédita, sente, mas para o escrutínio público e para que a opinião pública tivesse a noção de que as Forças Armadas não são fechadas em quartéis, os seus portões estão abertos e que conseguem momentaneamente... Será que com esta distância, poderei falar desta forma? Aceito.

Se eu estivesse lá iria decorrer da mesma forma? Iria decorrer da mesma forma, naturalmente, não me iria intrometer... Porque tive de me deslocar pessoalmente a Tancos para falar com o Sr. General Reis, para ser ouvido, para o Sr. General Reis falar comigo.

Quanto ao nosso General Rovisco Duarte e quanto à estrutura endémica e todos estes predicados que o Sr. General utilizou são frases dele. Entendo que os Srs. Comandantes, ao seu nível — e transmiti isso ao Sr. General —, tudo fazem. Havia e continua a haver uma entreajuda entre os comandantes e cada comandante só não faz mais porque não pode ou porque não tem meios para isso.

Quando falamos do património, só em termos de manutenção sabemos bem as infraestruturas que temos. Há uma preocupação constante em manter as condições, em manter o que temos neste momento.

Sr. Deputado António Carlos Monteiro, quanto à parte dos recursos humanos, e se há falta de recursos humanos, devo dizer-lhe que sim, é notório que há falta de recursos humanos, é uma realidade que não vamos escamotear. Os relatórios enviados ao Comando de Pessoal assim definem o que é que vamos tendo e o que é que vamos perdendo. Assim como nos relatórios salientamos como está o moral das tropas. Isto também é importante para que saibamos o que fazer futuramente para que esses homens se mantenham por cá mais tempo.

O que é que levou a que a missão não fosse cumprida? A missão, efetivamente, não foi cumprida, se ela fosse cumprida não haveria intrusão nem o que efetivamente houve.

Considero que o Sr. Comandante, dentro das atribuições que lhe são atribuídas e que lhe competem em termos da disciplina militar, se há alguns dos seus elementos que não cumprem o que lhes está estipulado por livre iniciativa só tem, naturalmente, que aplicar o RDM, servindo para mostrar

ao pessoal que não cumpre, e também aos demais, que não têm que seguir aquela via.

Quanto ao desleixo, como disse há bocadinho, falamos dele em que situações? Desleixo porque os homens não cumprem? Se não cumprem são penalizados.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Dos comandantes!

O Sr. Cor. Inf. David Teixeira Correia: — Sim, sim, eu sei. Mas como eu disse há bocadinho, há comandantes a vários níveis. Os comandantes das Unidades...Lá em baixo, a única Unidade que é senhora, é «dona» dos Paióis Nacionais de Tancos é a UAGME que, por sua vez, e quando tinha necessidades, efetuava os pedidos ao Regimento de Engenharia n.º 1, que tem a maquinaria pesada.

Quando a Unidade de Apoio ou quando o Regimento de Paraquedistas mandam homens lá abaixo é para fazer segurança e se é para fazer segurança eles fazem-na. Se é para ser o efetivo e estamos a falar de um sargento mais sete praças, um/ sete, ou de um cabo mais seis praças, esses homens, nessas 24 horas, estão bastante danificados em termos de vigor físico porque não têm maquinaria que possa fazer aquilo que...O resto que está ali à volta, todo o pessoal fez: são as ervas que estão ali que estão ao nível e eles fazem; a parte da manutenção do edifício, cá em baixo, eles fazem.

Toda a outra parte que requer outro tipo de maquinaria e que demora alguns meses em termos de trabalho, isso não competiria, naturalmente, aos comandantes que deslocam para lá oito homens.

Mas tudo o resto, todos os pedidos, todas as solicitações são pedidas via canal de comando e, quando chegam, são imensas, mas só quem atribui as prioridades é que lhe poderá responder por que é que deu uma prioridade a uma e não deu a outra, não serei eu a responder, naturalmente.

Saliento que os comandantes que vão lá para baixo e que têm a responsabilidade em termos de segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos, têm a ver com a segurança e segurança significa que os homens que vão lá para baixo são homens que podem mudar uma lâmpada ou, melhor, os técnicos que estavam cá em cima iam lá a baixo quando havia algum problema, em termos do pessoal dos assistentes operacionais, e iam apoiar aquilo que ao nosso nível podíamos fazer. Isto é algo que é real e, no pessoal estava no Polígono de Tancos isso era real.

Quando nós não tínhamos meios, no meu caso em particular, ou falava com a Engenharia ou falava com o Regimento de Paraquedistas para saber se tinham algum civil ou militar habilitado nesta área para ir lá a baixo contribuir.

Compreendo o que o Sr. General disse, mas vejo isto de uma outra forma.

Quanto à questão de estarem 20 horas sem fazer rondas, acho que é algo impensável. É um ponto crítico, um ponto sensível não ter presença física, e não digo metade das vezes, digo em relação à forma como as mesmas eram previstas e concretizadas, penso que é impensável.

Em relação às condições, em termos internos, houve alguém que não cumpriu determinações superiores, alguém que não fez rondar, alguém que não mobilizou patrulhas para rondar que são tarefas essenciais no cumprimento da missão, porque o são. E, se não foram cumpridas, o Sr. Comandante sé tinha de aplicar aquilo que efetivamente lhe competia em termos da sua nomeação como comandante da força, neste caso, da Unidade.

O Sr. Deputado também perguntou se sinto que fui desleixado. Como disse há bocadinho, toda a imagem do Exército foi afetada. Naturalmente, sendo eu um membro do Exército português, eu, como os demais, fomos afetados. Se calhar, muitas vezes, aqueles foram também afetados e que pertencem ao Exército, eles próprios olharão para mim e dirão: «Tu foste um

contribuinte?!». Logicamente que não vão pensar dessa forma. Mas o Exército como um todo — e o espírito de corpo tem de prevalecer — foi afetado e, como tal, teremos de ser todos nós a olhar para a frente, para onde queremos ir e rumar tendo como orientação essa estrela que está lá bem em frente e que é o objetivo e que é o de fazer sempre o melhor que sabemos pelo Exército, pelos portugueses e por Portugal, como é lógico.

Penso que já respondi às questões do Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Se o Sr. Presidente me permitir, faço um esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, vou ser muito claro. Tem a ver com uma questão que procurou evitar abordar — percebo-o — mas em relação à qual tenho de insistir e fazer a pergunta. Onde é que está a verdade em termos destas afirmações?

Uma coisa é dizer-se que há uma suspensão para permitir a averiguação sem interferência dos comandantes, o que lhe foi referido a si, e outra coisa completamente diferente é o que foi dito à Comissão de Defesa pelo Sr. General Chefe, em que imputa responsabilidades aos comandantes. E eu não li aqui partes em que se imputa até responsabilidade direta à Unidade que o Sr. Comandante dirige e em que são feitas afirmações que são de censura aos comandantes das Unidades.

Portanto, em que é que ficamos? O Sr. Comandante acha que o Sr. General Chefe tem razão quando censura o Sr. Comandante e os demais comandantes e a sua Unidade em especial ou acha que efetivamente estava em cima da mesa era a exoneração apenas para garantir essa mesma transparência nas averiguações?

O Sr. **Presidente**: — Creio que ficou clara a pergunta do Sr. Deputado. Tem a palavra, Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, quanto a este desleixo, saliento, uma vez mais, que nas minhas funções como comandante da Unidade de Apoio jamais poderei, com o esforço dos homens que eu comandava, dizer aos meus homens que foram desleixados.

Não digo isso aos meus homens porque efetivamente não o foram. Como tal, esses homens foram os contribuintes para a que missão da Unidade de Apoio, no caso em particular da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, fosse concretizada.

Quanto à parte de o Sr. General definir que foi um problema de comandantes, penso, uma vez mais, que estamos a falar num aspeto mais amplo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Vou só ler a frase: «A entidade primariamente responsável pela articulação da segurança é a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida». E isto é dito.

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sr. Deputado, se me permite, como disse há bocadinho, o quadro orgânico, que foi aprovado em setembro de 2016, refere que o pelotão de guarnição e segurança que estava na Engenharia passou para a Unidade de Apoio.

Como disse há pouco, o pelotão de guarnição e segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, constituído por um oficial, três sargentos e 21 praças, não existe. Como tal, se não existe, este esforço em termos de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos continuou a ser repartido pelas Unidades que tinham algum pessoal.

Dir-me-ia o seguinte: «Porque é que eventualmente o pessoal que faz segurança da parte de lá não podia vir todo para cá e constituir este pelotão?»

Porque o Sr. Comandante da parte de lá perde momentaneamente oito homens durante um mês mas tem os homens disponíveis durante o resto do tempo durante o ano. Está a entender o que estou a dizer com isto, Sr. Deputado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim, sim! Mas isso tem de ser dito aqui!

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Naturalmente que o pelotão não estando robusto, não tendo homens, não conseguimos... Daí que o Sr. General tenha chamado a Brigada de Reação Rápida — eu não represento a Brigada, sou uma Unidade da Brigada — a entidade primariamente responsável. Porquê? Porque estava a lidar com Unidades regimentais.

Há o QG da Brigada e, depois, há uma Unidade de Apoio, que é uma unidade, ao fim ao cabo, de manutenção...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

O Sr. Cor. Inf. **David Teixeira Correia**: — Sim, porque repare uma coisa: a Unidade de Apoio, em termos de terminologia, é uma Unidade acantonada, não tem heráldica. Isto quer dizer que a heráldica da Unidade de Apoio é a heráldica da Brigada, porque isto é uma Unidade acantonada. O Quartel-General da Brigada de Reação Rápida tem a sua Unidade de Apoio.

Como disse há bocadinho... Portanto, a Unidade de Apoio...

Na Unidade de Apoio o comando é de um tenente-coronel, é similar a um batalhão. Uma Unidade regimental tem o comando de um Sr. Coronel. Portanto, estamos aqui a falar de patamares diferenciados. Não quer dizer que esta Unidade de Apoio não tenha o seu Estado-Maior, porque o tem, naturalmente, mas em termos de componente operacional não tem nada. É uma Unidade que vive para o Aeródromo Militar de Tancos, sob companhia do aeródromo, e tem a sua CCS, Companhia de Comando e Serviços, que apoia todas as forças que estão aqui neste QG.

Sr. Deputado, penso que ficou mais claro.

O Sr. **Presidente**: — Cumpre-me agradecer ao Sr. Coronel David Teixeira Correia os seus depoimentos.

Dou por encerrada a reunião desta Comissão por hoje, não sem antes recordar que amanhã, às 17 horas, procederemos à audição do Sr. Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Misseno Marques.

De seguida, haverá reunião de Mesa e Coordenadores.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 50 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.